

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

RENAN BORGES GONÇALVES

**O CONFINAMENTO DE IMIGRANTES E DESCENDENTES DE
ITALIANOS E ALEMÃES NO VALE DO ARARANGUÁ DURANTE A 2ª
GUERRA MUNDIAL**

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010.

RENAN BORGES GONÇALVES

**O CONFINAMENTO DE IMIGRANTES E DESCENDENTES DE
ITALIANOS E ALEMÃES NO VALE DO ARARANGUÁ DURANTE A 2ª
GUERRA MUNDIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para
obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado no
curso de História da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof.º Dr. João Henrique Zanelatto

CRICIUMA, DEZEMBRO DE 2010.

RENAN BORGES GONÇALVES

**O CONFINAMENTO DE IMIGRANTES E DESCENDENTES DE
ITALIANOS E ALEMÃES NO VALE DO ARARANGUÁ DURANTE A 2ª
GUERRA MUNDIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciatura e Bacharelado, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História Local e Regional.

Criciúma, 10 de Dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. João Henrique Zanelatto - UNESC - Orientador

Prof.º Msc. Antônio Luiz Miranda - UNESC

Prof.º Dr. Vladimir de Carvalho Luz - UNESC

Dedicado à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Aos meus pais Valcioni Gonçalves e Marli Borges Gonçalves que sempre me apóiam e incentivam na busca de novos conhecimentos.

Ao meu orientador e professor Dr. João Henrique Zanelatto pela paciência, dedicação, incentivo e apontamentos visando o melhoramento da pesquisa, pelo senso de ética e de correção ortográfica.

A todos os professores e professoras do curso de História da UNESC. Cito nominalmente aqui, além do meu orientador, os professores Carlos Renato Carola, Antonio Luis Miranda, Paulo Sérgio Osório, Nivaldo Goulart, Dorval do Nascimento e João Batanoli, por terem contribuído não só para o meu crescimento intelectual, mas também pela simplicidade e disposição com que sempre prestaram a todos os acadêmicos e acadêmicas do curso. A nossa querida e sempre paciente secretária de curso, dona Zelli.

Aos amigos e colegas de classe e de curso que participaram não só do processo e construção deste trabalho, mas que proporcionaram durante quatro anos de convivência, momentos de alegria, descontração, seriedade e apoio diante às dificuldades.

À Prof.^a Dra. Marlene de Fáveri e ao Prof.^o Msc. Antônio César Spricigo pelas ideias e sugestões iniciais. À Maíra de Fáveri pela dedicação e atenção na ajuda em busca de pessoas de Timbé do Sul e Turvo que pudessem nos fornecer entrevistas e informações. À Rosângela, neta do senhor João Francisco Arnold por nos ter fornecido as datilografias escritas por este último.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles depoentes que aceitaram contribuir na construção e desenvolvimento desta pesquisa por meio das suas narrativas, trazendo até nós suas memórias guardadas há tempos. Ao senhor Hercílio Ferro e sua esposa, Dona Rita, aos senhores Luiz Ângelo Cirimbelli e Iracy Scarabelott por nos terem recebidos em suas casas com atenção, paciência e hospitalidade.

À todas essas pessoas, o meu muito obrigado!

*“A única forma de combater os males
do mundo é eleger a guerra,
a miséria e a intolerância como
inimigos da humanidade.
É imprescindível construirmos o
império da solidariedade e do Direito –
condição inescapável para que
possamos opor-nos as barbáries de
nossa época”.*

Ricardo Seitenfus

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar a prática do confinamento no qual estrangeiros de origem italiana e alemã foram submetidos em Timbé do Sul, no extremo sul do estado de Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista a carência de estudos a respeito do tema proposto, essa pesquisa procura por meio de entrevistas, evidenciar narrativas de pessoas que vivenciaram essas experiências na época ou que tenham algum conhecimento dessas histórias. Analisando essas narrativas percebemos reminiscências de um passado longínquo porém ainda pulsante, vivo. Na escuta dessas vozes, percebemos detalhes que jamais poderiam ser evidenciados de outra maneira se não por meio da entrevista, o medo a desconfiança, o desassossego, lembranças de uma época marcante. Em anexo as entrevistas, a análise de documentos primários oficiais da época, aliada a pesquisa bibliográfica teórica referente à temática do trabalho, constituem este estudo.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Locais de Confinamento. Timbé do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Município de Araranguá em 1939.....	42
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Campos de concentração, colônias de internamento ou presídios em todo o Brasil (1942 – 1945).....	34
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAPÍTULO I - A QUESTÃO DOS ESTRANGEIROS DE ORIGEM ALEMÃ E ITALIANA NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO.....	15
2.1 A construção da idéia do "perigo alemão".....	18
2.2 Os italianos do Sul Catarinense: algumas abordagens.....	24
3 CAPÍTULO II – CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO BRASIL E EM SANTACATARINA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	30
3.1 Os estrangeiros nos Campos de Concentração do Brasil.....	33
3.2 Campos de Concentração e outros locais de confinamento em Santa Catarina.....	38
4 CAPÍTULO III - LUGARES DE CONFINAMENTO, LUGARES DA MEMÓRIA: A RECLUSÃO DE IMIGRANTES E DESCENDENTES DE ITALIANOS E ALEMÃES NO VALE DO ARARANGUÁ.....	41
5 CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	66
ANEXOS.....	69

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende investigar a repressão e o confinamento em que indivíduos de origem italiana e alemã foram submetidos em Timbé do Sul, na região do Vale do Araranguá, no contexto do Estado Novo.

Através de um levantamento das produções a respeito do confinamento em Timbé do Sul, verificou-se uma carência de estudos sobre a temática, passando quase despercebido pela historiografia da região sul catarinense.

Com isso, pretende-se evidenciar aspectos ainda pouco explorados pela historiografia a respeito do tema, percebendo especificidades presentes naquele local de confinamento.

Na insuficiência de fontes ou estudos sobre o tema, buscou-se por meio das fontes orais, memórias de pessoas que participaram daquele contexto histórico e que tenham conhecimento dessas histórias de confinamento em Timbé do Sul.

O confinamento daquelas pessoas de origem estrangeira parecem fazer parte apenas da memória daqueles velhinhos, antigos moradores daquela região. Na ausência (ou quase) de documentos ou registros, as memórias surgem basicamente como as únicas fontes disponíveis, ou como define Marlene de Fáveri, Timbé do Sul, “lugares de confinamento, lugares da memória”.

O lugar da memória é ímpar; os lugares da memória podem ser coletivos, mas a experiência é profundamente pessoal e vivida por pessoas reais, pulsantes. Envolver-se nas entrelinhas das lembranças é também uma aposta na sensibilidade, na leitura dos silêncios e das margens – de que outra forma saberíamos hoje dessas miúdas práticas cotidianas [...]?¹

Desta maneira buscou-se por meio da História Oral evidenciar essas memórias, recuperando histórias de pessoas não consideradas pela historiografia tradicional. De acordo com Fáveri, a memória oficial explica os fatos sob a ótica única do vencedor, sufocando outras versões,² quando a memória das minorias marginalizadas é excluída em meio a formalização dessa memória oficial.

¹FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) Guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2 ed. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005. p. 252.

² Idem, p. 442.

Neste sentido, procura-se mostrar entre aquelas pessoas envolvidas nesses conflitos, o que foi vivido, ouvido, o que sentiram, o que pensaram, seus sofrimentos e seus medos, na tentativa de trazer à tona suas histórias silenciadas, “algo mais penetrante e mais fundamental”, contribuindo para uma “história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente”.³

Todavia não se pode deixar de citar Ecléa Bosi⁴, quando ela nos ensina que “muitas de nossas lembranças não são originais, foram inspiradas nas conversas com os outros”, ou como aponta Paul Thompson:

Em relação a muitos eventos as pessoas não sabiam, na ocasião, o que estava acontecendo, de modo que seus relatos retrospectivos se basearão, não tanto em sua própria participação, mas no que ficaram sabendo pelos jornais ou por outras pessoas. De fato, justamente por serem essas impressões de segunda mão mais fortes do que sua experiência direta no incidente efêmero original, especialmente se este se tornou um pedaço tradicional da memória da comunidade, é que algumas pessoas acabam acreditando que realmente assistiram ao incidente [...].⁵

Diante disso percebe-se a necessidade de analisar com cuidado todas as informações obtidas por meio das memórias. Algumas destas narrativas ouvidas são de pessoas que “ouviram dizer” e não necessariamente participaram daquelas experiências de maneira direta ou indireta. Na busca destas memórias, depara-se com o medo que ainda incomoda aquelas pessoas, como também com os traumas daquela época, mesmo que longínquos no tempo, permanecem vivos ainda hoje em suas lembranças.

Seis décadas após o término da guerra e o final das perseguições e aprisionamentos, ainda é possível encontrar nessas reminiscências, a resistência dessas pessoas em contar essas histórias, preferindo em alguns casos permanecer em silêncio. Para Thompson é importante aprender a perceber aquilo que não está sendo dito, porque os silêncios também querem dizer alguma coisa, tem seu significado, quando “os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes”.⁶

Sobre a necessidade de fazer-se calar, Michael Pollak destaca que:

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo

³ THOMPSON, Paul. *A Voz do passado: História Oral*. 2 ed. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 137.

⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 9ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 407.

⁵ THOMPSON, Paul. *A Voz do passado...* p. 181.

⁶ Idem, p. 204.

de reforçar a consciência tranqüila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?⁷

Talvez é a partir daí que se percebe por que o silêncio permanece vigorante, o que não quer dizer que tenham caído no esquecimento, mas que encontram no silêncio a necessidade de fazer bloquear o desagradável, evitando respectivos mal entendidos e atritos com o meio social no qual estão inseridos.

Como diz Thompson, “mesmo quando outras pessoas não estejam presentes à entrevista propriamente dita, sua presença exterior invisível pode ter influência. Isso é particularmente importante em toda comunidade em que os vínculos são muito estreitos”.⁸

Pôde-se perceber, nas entrevistas, a cautela daquelas pessoas em não citar nomes, o cuidado em não comprometer-se com o “outro”, seja o “outro” uma vítima ou um carrasco, pessoas de suas redes de sociabilidades, pessoas de seu passado ou do seu presente, interligadas por um meio comum, num município pequeno onde a expressão “todos se conhecem” ganha fortes contornos.

Neste sentido é normal encontrar um silêncio intocável entre aquelas pessoas, ou seja, histórias tão vivas mas que ainda permanecem escondidas, quase desconhecidas. Não é difícil identificar entre aqueles mais novos a ausência e o desconhecimento dessas histórias, uma vez que a descontinuidade dessas memórias parece ter ficado só com aqueles velhinhos, e só com eles o tempo vai passando, assim como coloca Michael Pollak, “às razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais”⁹, acredita-se que esteja nestas palavras uma explicação plausível para tamanha descontinuidade dessas memórias para a posteridade.

Entretanto, Pollak ainda enfatiza que a memória é constantemente reconstituída por meio das preocupações do momento.¹⁰

Neste processo de trabalhar com as memórias, entende-se que seja fundamental estar atento às múltiplas formas de interpretar uma fonte oral, merecendo por parte do historiador uma aguçada sensibilidade no senso crítico em analisar essas fontes.

Ecléa Bosi aponta que a memória individual é apenas um ponto de vista decorrente da memória coletiva:

⁷POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Tradução Dora Rocha Flaksman. In: Estudos Históricos. v. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989. p.6.

⁸ THOMPSON, Paul. *A voz do passado...* p. 161.

⁹ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento...* p. 6.

¹⁰POLLAK, Michael. *Memória e identidade social ...* p. 4.

Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. [...] Por muito que deva a memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso poder reter objetos que são, para ele, e só para ele, significados dentro de um tesouro comum.¹¹

Portanto, verifica-se ser essencial perceber a individualidade de cada narrativa, cabendo ao pesquisador analisar minuciosamente todas as informações vindas da memória, interrogando-as e as confrontando com outras fontes. Enfim, é neste sentido que será trabalhado com a História Oral enquanto método importante para recuperar as memórias.

As fontes utilizadas para esta pesquisa, constituíram-se desde documentos primários oficiais de época, passando por registros escritos memorialísticos, depoimentos orais, além de um importante suporte bibliográfico referente a temática proposta.

Uma dessas fontes analisadas e utilizadas, é o texto memorialístico do senhor João Francisco Arnold. O documento datilografado por ele em 1986 reúne suas memórias, assim como as anotações feitas por seu tio, Herrman Arnold. Morador da comunidade da Itoupava (Araranguá) no período das perseguições e confinamento em Timbé do Sul, João Francisco Arnold (atualmente com 82 anos) forneceu ao pesquisador, importantes informações a respeito daquela comunidade habitada por diversas famílias de origem alemã nas décadas de 1930 e 40, destacando aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e religiosos de alemães daquele lugar. Ressaltou a difícil integração dos alemães junto aos brasileiros, assim como enfatizou com riqueza os temores e as dificuldades nos tempos da guerra, quando seu pai, Franz Arnold foi preso e enviado para Timbé do Sul.

Outra fonte que contribuiu para esse estudo foi a análise de uma documentação primária oficial, mais precisamente uma Circular de 1942. Constituída por um questionário composto por 79 questões, esse documento foi encaminhado pelo Diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do Rio de Janeiro, Augusto César Lobo, aos delegados de 40 municípios catarinenses. Acredita-se ser uma fonte indispensável para se compreender algumas das preocupações do governo Vargas sobre os estrangeiros e seus descendentes referente às suas atividades culturais, sociais, políticas e econômicas desenvolvidas no estado catarinense.

Ao longo do trabalho evidenciaremos trechos das entrevistas concedidas pelos senhores Hercílio Ferro, 82 anos, residente em Timbé do Sul (SC), Luiz Ângelo Cirimbelli, 70 anos e Iracy Scarabelot - 73 anos - ambos residentes no município de Turvo (SC). Essas

¹¹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade...*p. 408-411.

fontes orais mostram que efetivamente este local de “afastamento” ou “confinamento” existiu e marcou a vidas de várias pessoas.

Este trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro será contextualizado o período histórico a partir da campanha de nacionalização do Estado brasileiro iniciada em 1937, quando se procurou combater todos os estrangeirismos presentes no Brasil, visando construir uma identidade nacional, homogeneizando sua cultura, língua e costumes em comum. Nesta perspectiva será abordado a forma como os indivíduos de origem estrangeira tornaram-se um entrave ao projeto homogeneizador do governo Vargas. Destaca-se inicialmente, como foi construído o discurso da ideia do “perigo alemão” e como o alemão passa a ser tratado pelas autoridades governamentais da época. Em seguida, será discutida a situação do italiano na região sul catarinense, destacando sua projeção no cenário político e econômico da região. Neste sentido, serão analisados as diferentes formas de tratamento destinadas pelo governo Vargas à alemães em relação aos italianos naquele contexto.

No segundo capítulo, por meio de uma discussão conceitual, será analisada a inserção de campos de concentração e demais locais de confinamento existentes no Brasil e em Santa Catarina durante o Estado Novo no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Por fim, no terceiro capítulo aborda-se o confinamento de estrangeiros em Timbé do Sul, percebendo algumas especificidades do confinamento, com ênfase aos aspectos referentes à estrutura física desse local, tratamento destinado aos confinados, alimentação, atividades que os confinados exerciam, entre outros.

Espera-se com este estudo, estar contribuindo com a historiografia local, reconhecendo que não se esgotam por aqui as abordagens sobre o tema e dando margem à novas pesquisas.

2. A QUESTÃO DOS ESTRANGEIROS DE ORIGEM ALEMÃ E ITALIANA NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO

O Estado Novo oficialmente instaurado no Brasil em novembro de 1937 permaneceu como regime político e ideológico até 1945, com a deposição de Getúlio Vargas da presidência e término da Segunda Guerra Mundial. A ideologia política do Estado de Vargas seguiu uma tendência política da época que propiciou a emergência de regimes autoritários em várias partes do mundo, firmados basicamente sob dois aspectos fundamentais: a crise do sistema liberal e o crescimento do comunismo.¹²

Eric Hobsbawm¹³ destaca que a ascensão da direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi uma resposta à realidade da revolução social, pois sem esta, não teria havido fascismo algum. Com Adolf Hitler subindo ao poder na Alemanha em 1933, o fascismo é transformado em uma forte corrente política que dominou a nível mundial, a década de 1930.

O sucesso da sua política expansionista militar conseguiu garantir sua esfera de influência naqueles países ou movimentos atraídos e influenciados pelo fascismo da Alemanha e Itália, buscando inclusive, o apoio dos mesmos.¹⁴ Portanto, sabe-se que Getúlio Vargas e demais autoridades do governo brasileiro não escondiam sua simpatia aos fascismos europeus.

Na América Latina é que a influência fascista européia foi aberta e reconhecida, tanto em políticos individuais, como Jorge Eliezer Gaitán da Colômbia (1898-1948) e Juan Domingo Perón da Argentina (1895-1974), quanto em regimes, como o Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, no Brasil. Na verdade, apesar de infundados temores americanos de um cerco nazista a partir do Sul, o principal efeito da influência fascista na América Latina foi interno a seus países.¹⁵

Esses movimentos nacionalistas difundidos em alguns países da Europa como Itália e Alemanha nas décadas de 1920 e 1930, foram incorporados e endossados por intelectuais brasileiros da época, quando buscou-se construir conceitos como brasilidade, nacionalidade e cidadania¹⁶, no intuito de construir uma identidade brasileira, homogeneizando e consolidando uma cultura própria.

¹² MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração em Santa Catarina e conflitos envolvendo alemães e descendentes durante o Estado Novo*. Florianópolis: UFSC. 2007. (Dissertação de Mestrado em História). p. 26.

¹³ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 127.

¹⁴ Idem, p. 133.

¹⁵ Idem, p. 136.

¹⁶ MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração ...*, p. 16.

Alcir Lenharo¹⁷ destaca que os intelectuais do governo Vargas, como Cassiano Ricardo, procurou discursos na época que visavam enfatizar a necessidade da “interiorização do país”, ou seja, era no oeste, no interior do Brasil, que os valores de brasilidade iriam ser resgatados – já que o litoral tinha uma presença grande de estrangeiros que manifestavam idéias contrárias à nacionalização - unificando e integrando espaço físico e cidadãos no intuito de construir o sentimento de ser brasileiro através da unidade étnico-cultural, econômica e política. Era no oeste que iria ser encontrada na miscigenação entre índios, brancos e negros a qualidade natural da Nação, ou seja, na mistura de raças estaria o verdadeiro brasileiro. Por isso, aquele estrangeiro que não havia se integrado à sociedade brasileira, não aderindo a miscigenação e mantendo sua cultura, passou a representar uma ameaça à construção da brasilidade pretendida pelo Estado brasileiro.

Controladora de todas as ações da sociedade, o Estado autoritário de Vargas e outras instituições de seu governo, foram responsáveis pela manutenção da ordem, controle e segurança do país, assim como setores ligados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores que assumem um papel central na manutenção do sistema implantado. Um dos maiores obstáculos encontrados pelo governo Vargas na sua campanha de nacionalização, estavam relacionados às colônias constituídas por imigrantes e descendentes de origem estrangeira, principalmente as colônias alemãs. A dificuldade acerca da integração cultural e lingüística dessas colônias na sociedade brasileira representava uma “ameaça” ao projeto homogeneizador, colocando-a como grande alvo da política nacionalizadora do Estado Novo.

Segundo Janaína Santos de Macedo¹⁸, tende-se a dar ênfase à campanha de nacionalização colocando sempre a questão do ensino em primeiro plano, no entanto a campanha foi além, não se restringiu apenas neste aspecto, influenciou todas as camadas culturais como a repressão e o combate às atividades estrangeiras assim como atingiu as esferas da economia e do trabalho. Não se pode negar que a campanha de nacionalização demonstrou-se mais intensa e severa sobre os “estrangeirismos” presente nas escolas, ou seja, pretendia-se “abrasileirar” o ensino.¹⁹

As colônias constituídas por indivíduos de origem estrangeira, principalmente a alemã, sempre se apresentaram como pertencentes a uma cultura fechada, uma vez que mantinham seus hábitos, costumes, língua e forte vínculo político com seu país de origem, distanciando-se deste modo do projeto de unidade cultural pretendido pelo governo

¹⁷ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas (SP): Papyrus, 1986. p. 56-57.

¹⁸ MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração...*, p. 162-163.

¹⁹ Idem, p. 164.

brasileiro.²⁰ Com isso o imigrante e descendente de origem estrangeira se apresentava como um obstáculo na resistência de não pretender se “abrasileirar”.

É neste contexto que o estrangeiro de origem alemã assumiu duplo sentido perante as autoridades brasileiras daquela época: enquanto grupo étnico correspondia aos padrões pretendidos, pois até 1938 a Alemanha era vista como um exemplo de nacionalismo e seu povo tido como disciplinado e trabalhador, acostumado a reerguer-se diante das dificuldades. Essas características num primeiro momento, se encaixaram às direções que pretendiam seguir o governo Vargas para com o povo brasileiro. Porém, com a implantação do Estado Novo, esse modelo sustentado pelas culturas estrangeiras, principalmente a alemã e a concepção de “idealismo” tido pelo governo brasileiro sobre os alemães, tomou outro significado a partir do momento que esse modelo passou a representar uma resistência e, conseqüentemente, atrapalhar o projeto político nacionalizador, portanto o estrangeiro passou a ser “inoportuno”.

Conforme Perazzo:

Com o objetivo de conterem os “perigos sociais”, promoveram, em conjunto, ações voltadas para o controle e repressão de todos aqueles que, de acordo com os modelos idealizados, não se coadunavam com as regras impostas por um governo regido por fortes sentimentos nacionalistas.²¹

Com isso, o estrangeiro passou a ser identificado como um “perigo” a nação brasileira, representando um obstáculo para o governo na campanha de nacionalização, aquele elemento que não queria assimilar a cultura nacional. Essa resistência dos alemães na campanha de nacionalização na década de 30 não foi algo surgido naquele contexto. Esse discurso vinha ganhando espaço desde os fins do século XIX, quando antigas tentativas de nacionalizar o Estado brasileiro, encontraram na figura do alemão, uma incompatibilidade cultural em relação à sociedade brasileira. Naquelas colônias alemãs os vínculos culturais, lingüísticos, políticos permaneciam muito fortes e ligados à Alemanha. Em base a estes aspectos, um novo discurso foi tendo espaço: o de que os alemães pretendiam formar um Estado independente no Brasil e América do Sul. A partir daí surge o discurso do “perigo alemão”.

No entanto, a ideia do “perigo alemão” se constituiu como uma real possibilidade de ser realizada no Brasil durante a Segunda Guerra, quando a política nacionalista

²⁰ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. p. 42.

²⁰ Idem, p. 33.

expansionista de Hitler, visava expandir o Reich alemão. Novamente as colônias alemãs do sul do Brasil voltam a ser o centro das grandes preocupações do governo. Levadas as últimas conseqüências durante o governo Vargas, o medo do “perigo alemão” fomentou perseguições e aprisionamentos de alemães por todo o território nacional, encontrando no advento da guerra, legitimidade em relação as práticas repressivas, colocando essas pessoas de origem estrangeira em locais de confinamento espalhados por todo o país.

Contudo, para que se possa entender melhor a situação de alemães e italianos no contexto do Estado Novo, faz-se necessário evocar algumas abordagens. Aos alemães reserva-se uma discussão em torno da ideia do “perigo alemão”, de como esse discurso surgiu no século XIX, e como ganhou força durante o Estado Novo. De norte a sul, esse discurso visou colocar todos os indivíduos de origem alemã residentes no Brasil sob uma única ótica: inimigos públicos da nação ou o “perigo alemão” enquanto ameaça constante.

Em relação aos italianos, mesmo perseguidos durante a campanha de nacionalização, nunca houve de fato um discurso criado em torno do “perigo italiano”.

Quando comparados a alemães e japoneses, os italianos constituíram naquele grupo menos perseguido e atingido pela campanha de nacionalização, porém, isso não quer dizer que não sofreram perseguições e repressões. Neste sentido, procura-se abordar a questão dos italianos residentes na região sul do Estado de Santa Catarina, buscando não homogeneizar as formas de repressão, perseguição e tratamento destes indivíduos em comparação à italianos residentes em outras partes do Brasil. Nesta perspectiva de âmbito regional e local, faz-se um destaque a projeção do colono italiano no cenário político da região sul do estado catarinense.

2.1 A construção da ideia do “perigo alemão”

Verdadeiro ou falso, o “perigo alemão” foi um discurso construído por intelectuais, autoridades nacionais e internacionais acerca do temor de uma respectiva investida político-militar do governo alemão que pretendia transformar o Brasil e a América do Sul numa área de domínio da Alemanha. Acreditava-se que essas colônias alemãs do sul do Brasil fossem ser a porta de entrada para esta respectiva invasão alemã.

Colocados numa condição “superior” referente a outras etnias, os alemães assumiram para a intelectualidade brasileira da época, uma posição ambígua²², ou seja, era a etnia vista pelo governo brasileiro como exemplo a ser seguido, de valores disciplinados, trabalhador, de nacionalismo exacerbado, de cultura fechada que não permitia influências de outras. Em contraponto a isto, esses fatores acima mencionados e positivados pelo discurso do governo Vargas referente aos alemães, tomaram ao mesmo tempo outros contornos e se transformaram em um dos principais problemas a ser combatido pela campanha de nacionalização do Estado Novo, ou seja, representavam à política interna brasileira um “perigo” ao projeto nacionalista que buscava construir a identidade nacional, pois esse estrangeiro além de supervalorizar a sua cultura, preferia o isolacionismo, e agia politicamente aos moldes de um regime estrangeiro.²³

Em âmbito internacional os alemães também foram identificados como “perigosos”, pois os planos expansionistas de Hitler e o nacionalismo alemão exacerbado davam margem a esta hipótese de “perigo”, numa possível invasão alemã (principalmente no sul do Brasil, onde o contingente de alemães é muito grande, quando se acreditava que essas colônias viessem contribuir numa respectiva invasão alemã que colocaria o país sob as ordens do Führer alemão), além da própria empreendida norte-americana contra o nazi-fascismo.

A relação hostil entre governo Vargas e imigrantes e descendentes estrangeiros, principalmente alemães, acirrou-se a partir de 1938, até então as boas relações diplomáticas e econômicas entre Brasil e Alemanha principalmente depois da ascensão dos nazistas ao poder em 1933, quando suas relações comerciais cresceram significativamente.²⁴

Após 1938, essas relações econômicas entre os dois países passou a ficar comprometida quando as primeiras medidas contra os alemães e seus descendentes passaram a ser efetivadas. Contudo, o rompimento total entre Brasil e Alemanha ocorreu em 1942, com a declaração de guerra ao Eixo.

Segundo René Gertz, a ideia do mito do “perigo alemão” reavivado durante o Estado Novo estava vinculada ao contexto internacional da época e se constituiu a partir de alguns aspectos: os próprios desacordos diplomáticos entre Brasil e Alemanha em 1938²⁵; a campanha dos norte-americanos e ingleses para cooptar o Brasil para sua área de influência já que esta última ocupava uma posição de neutralidade, e também referente à sua estratégica

²² Idem, p. 51.

²³ Idem.

²⁴ GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 62.

²⁵ Idem, p. 63.

posição geográfica que despertava interesses daqueles países; além da propaganda dos Estados Unidos da América e Inglaterra alegando o “perigo” que representavam os alemães e seus descendentes residentes no sul do Brasil.²⁶

Conforme Gertz²⁷, a ascensão do nazismo na Alemanha nos anos 30 em acordo com sua política expansionista, “apenas reavivou sentimentos e posicionamentos que tinham uma longa tradição”, ou seja, a ideia do “perigo alemão”. Desde o século XIX já havia embates e temores por parte de intelectuais brasileiros a respeito dos supostos planos conspiratórios arquitetados pela Alemanha e os imigrantes e seus descendentes na pretensão de construir um Estado independente no Brasil. Um dos fatores que davam margem a este “perigo”, era em relação ao grande contingente de imigrantes e descendentes de alemães no país, principalmente no sul e seu forte vínculo com a Alemanha. Portanto, esse cenário que se constituiu em torno da presença do alemão no Brasil, sugeriram sérias ameaças político-militares a este último.

No século XIX, tem início as primeiras tensões entre intelectuais e autoridades brasileiras em relação à imprensa, lideranças e autoridades alemãs. O historiador Luiz Felipe Falcão destaca que todas as produções publicadas na última década do século XIX e primeiros anos do século XX, traziam como tema central das discussões, o “perigo alemão” que representavam aquelas colônias alemãs e seus indivíduos para o Brasil.²⁸

O mesmo autor destaca ainda a importância que três obras escritas no início do século XX por autores brasileiros que tiveram importante papel na construção do “perigo alemão”, influenciando a opinião pública e a elaboração de outras produções a respeito do tema. São elas: *Canaã* de Graça Aranha de 1902, *Os Sertões* de Euclides da Cunha também de 1902 e *O alemanismo no sul do Brasil* de Sílvio Romero de 1906²⁹. Reservadas as peculiaridades de cada uma, todas as obras ensejam aquilo que consideravam serem os objetivos dos alemães, ou seja, todas as obras davam ênfase à ideia de ameaça que podiam representar os alemães no Brasil na ajuda que poderiam fornecer à Alemanha num respectivo plano de invadir e dominar o país e a América do Sul, além de mencionar antigos problemas em relação a assimilação e inserção social destes estrangeiros à sociedade brasileira.

Importante salientar que o discurso do “perigo alemão” ganhou fortes contornos nos tempos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, pois nas duas situações esses discursos

²⁶ Idem, p.67-68.

²⁷ Idem, p. 24-74.

²⁸ FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre Ontem e Amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000. p. 50.

²⁹ Sobre as obras citadas acima, ver FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre Ontem e Amanhã...*,p.61-64.

pareciam possíveis de se concretizarem, principalmente durante a Segunda Guerra, quando as propostas imperialistas e nacionalistas do governo de Hitler pareciam possíveis de serem colocadas na prática.³⁰

Segundo Marionilde Magalhães, o alemão assumiu para os intelectuais do Brasil uma condição ambígua, ou seja,

[...] diante do “alemão”, fosse ele um imigrante, simples trabalhador ou mesmo um intelectual; forte, disciplinado, membro de uma raça superior, despertaria a admiração nas elites ávidas pelo progresso, mas causaria-lhes também uma espécie de aversão, (...) além disso, esse alemão estava isolado, segundo os olhares de uma cultura pensada como mestiça, em seus próprios valores e costumes; era, enfim, o eterno estrangeiro [...]³¹

Com o apoio do governo imperial, a imigração europeia foi num primeiro momento incentivada no intuito de branqueamento da população e povoamento de algumas regiões do vasto território brasileiro. No entanto, com a Proclamação da República, em 1889, num surto de nacionalismo no país, intelectuais passaram a preocupar-se com a formação de uma nação étnico-cultural-religiosa brasileira.

A imigração e as colônias constituídas por descendentes e imigrantes principalmente de origem alemã, antes vista com bons olhos pelo governo, passa a ser tema central de inúmeras tensões referentes a sua dificuldade em integrar-se à sociedade brasileira, assim como a assimilação de outras culturas que não fosse a sua, passando a representar deste modo, uma preocupação ao governo, pois além de isolar-se em suas colônias e supervalorizar sua própria cultura, não promovia o branqueamento pretendido pelas autoridades, atrapalhando os planos de formação de uma nação.³²

Outro elemento fundamental que reforçou a preocupação em torno do “perigo alemão”, foram os ideais doutrinários nacionalistas do pangermanismo. A ideologia do pangermanismo existia entre os alemães desde o período de sua unificação no século XIX.

A Liga Pangermânica criada em 1891, foi a entidade responsável pela difusão das ideias pangermânicas. No Brasil, a Liga encontrou por meio de um intenso conjunto de publicações impressos em língua alemã, abordando os mais variados temas, fazendo com que seus princípios nacionalistas permanecessem vivos nas colônias alemãs por mais distantes que

³⁰ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a...*, p. 50.

³¹ MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas(SP): Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998. p. 53.

³² MENDES, Simoni. *Nacionalismo e assimilação étnica alemã em Santa Catarina*. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2009. P. 36 – 44.

estivessem da Alemanha, sempre visando deixar a seguinte mensagem: “Lembra-te de que tu és um alemão”.³³

De acordo com Marionilde Brepohl de Magalhães, o pangermanismo tinha conotação política e visava à expansão alemã e a superioridade do sangue germânico, com isso, o pangermanismo pode ser entendido como uma forma de nacionalismo a nível mundial a qual pretendia ampliar a nacionalidade alemã aos alemães espalhados por todo o mundo, mantendo vivos por meio da língua e cultura alemã, suas raízes germânicas “sob os argumentos baseados no princípio do *jus sanguinis*”.³⁴ Difundidas na Alemanha desde o século XIX, é só a partir da ascensão do Partido Nazista que os ideais pangermânicos passam a ser conhecidos em todo o mundo.

Segundo Luiz Felipe Falcão³⁵, esse modelo de nacionalidade alemão, baseado no vínculo sanguíneo tomando como base a língua e a cultura como fator de identidade étnica, chocava-se de frente com a ideia predominante entre os intelectuais brasileiros que entendiam que o pertencimento à nacionalidade brasileira deveria se pautar sob os seguintes aspectos: era pertencente à nação brasileira, todos aqueles indivíduos nascidos em solo nacional (*jus solis*), unidos por um Estado, uma única língua e por tradições culturais em comum. Nesse sentido, a propaganda pangermânica contribuiu ainda mais para a rivalidade étnica entre brasileiros e alemães.

Diante do exposto fica evidente que a ideia do “perigo alemão” no Brasil, não foi uma criação dos tempos da Segunda Guerra Mundial, mas apenas reavivada nesse período.

A crise que envolveu as regiões de colonização alemã no Brasil no período imediatamente anterior à II Guerra Mundial explica-se em grande medida a partir do contexto internacional. Correntes internas que por diversos motivos se posicionavam contra a Alemanha também combatiam tudo aquilo que lembrasse este país, por exemplo, os imigrantes e seus descendentes.³⁶

No enredo do Partido Nazista, as ideologias difundidas pela doutrina pangermânica passam a legitimar as campanhas de expansão do território alemão e a superioridade da raça ariana.³⁷

Priscila Perazzo destaca que a ideia do “perigo alemão” diante aos feitos da Alemanha durante a Segunda Guerra parece definitivamente reais, quando

³³ MAGALHÃES, Marionilde B. de. *Pangermanismo e nazismo*...p. 14.

³⁴ Idem, p. 105.

³⁵ FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e...*p. 60-61.

³⁶ GERTZ, René. *O fascismo no sul*... p. 13.

³⁷ MENDES, Simoni. *Nacionalismo e assimilação*...,p. 39.

a idéia de “perigo alemão” foi exacerbada as últimas conseqüências, o alemão foi identificado como nazista, enquanto que nazismo passou a ser sinônimo de atrocidade e maldade, selvageria e matança, insensibilidade e desumanidade. O “perigo alemão” se apresentou de forma mais ameaçadora do que fora visto até então. Foi possível veicular essas imagens à medida que já existiam no imaginário nacional brasileiro – pelo menos – elementos receptivos à idéia da real existência de um “perigo alemão”.³⁸

Contudo, René Gertz afirma que pesquisas atuais apontam que tais planos de conquista da América do Sul por parte do governo alemão não podem ser comprovadas. “Na realidade não teria existido uma concepção clara sobre a política a seguir em relação a esta região”.³⁹

Entretanto, Perazzo destaca o livro de Herman Rausching⁴⁰, “Hitler me disse...”, que exaltava os planos do führer alemão de dominar o Brasil. Segue um dos trechos recolhidos da obra:

O Brasil me interessa particularmente. Edificaremos no Brasil uma nova Alemanha. [...] transformar em um domínio germânico. [...] Longe de nós a intenção de desembarcar tropas para nos apoderarmos do Brasil pelas armas. Nossas armas são invisíveis. Nossos “conquistadores” têm uma missão mais difícil [...].⁴¹

Portanto, os reais interesses de Hitler pelo Brasil como se pode observar, geraram muitas discussões na época. Independentemente da veracidade em torno do “perigo alemão”, essa ideia “era, constantemente, veiculada na imprensa brasileira e sul-americana”.⁴²

Simpático às políticas nazi-fascistas, Vargas e demais lideranças políticas de destaque do governo, não escondiam sua adesão àquelas doutrinas político-partidárias, dando espaço inclusive para as atividades do Partido Nazista no Brasil, quando o partido funcionou legalmente até 1938. O fato é que os alemães representavam um entrave ao Estado brasileiro, defrontando-se com a política de nacionalização na construção da identidade nacional. Além disso, os alemães ainda estavam inseridos num cenário pouco positivo, pois representavam a nível mundial um “perigo”, em parte, resultantes da própria política do governo alemão em torno dos ideais do pangermanismo.

Assim, foi no contexto da campanha de nacionalização do Estado e durante a Segunda Guerra Mundial que o “perigo alemão” ganhou novos contornos, parecia

³⁸ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão*...p. 51.

³⁹ GERTZ, René. *O fascismo no sul*... p. 75.

⁴⁰ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão* ...p. 55-56. Segundo essa autora Herman Rausching foi um ex-alto dirigente, membro do NSDAP e presidente do senado em Danzig. Afastou-se do partido em 1939 quando publicou este livro.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem, p. 53.

definitivamente ser uma ameaça político – militar a ser concretizada no Brasil. Encontrou nesse discurso também um pano de fundo para empreender um maior acirramento sobre os alemães e seus descendentes, resultando muitas vezes em prisões e confinamentos em várias partes do Brasil. Vale mencionar também que essa campanha contra alemães aplicava-se ao contexto internacional, quando o governo brasileiro usou da reclusão destes indesejáveis nacionais um elemento de negociação com os aliados, principalmente os Estados Unidos da América.

Neste sub-capítulo tentou-se elucidar como a ideia do “perigo alemão” foi se cristalizando no imaginário intelectual do país, saindo de uma esfera que envolvia muito mais tensões entre intelectualidade e autoridades governamentais brasileiras em relação à imprensa, lideranças e autoridades das comunidades alemãs do sul do Brasil, mas que num momento posterior, mais precisamente no período das duas guerras mundiais, quando atingiu todas as esferas da sociedade, tanto a nível nacional quanto a nível mundial. Todas as investidas políticas anti-germânicas foram tomadas, colocando estes indivíduos de origem alemã na condição de “inimigos públicos”, inimigos que deviam ser combatidos.

2.2 Os italianos no Sul Catarinense: Algumas abordagens

No que tange aos imigrantes e descendentes italianos no sul de Santa Catarina, destaca-se aqui, a projeção do colono italiano no cenário local e regional no âmbito da política.

Estes aspectos também servirão de base para elucidar a condição a qual se encontravam esses italianos na década de 30 e 40 na região do Vale do Araranguá no período das perseguições durante a Segunda Guerra, tendo em vista que os italianos formaram o principal grupo confinado pelas autoridades governamentais em Timbé do Sul. O sul do Estado de Santa Catarina passou a receber a chegada dos primeiros imigrantes a partir de 1873. Os colonos passaram a comprar lotes constituindo desta forma vários núcleos coloniais espalhados por toda região.⁴³

Contudo, desde o século XVII, foi se formando na região sul uma elite que dominou as relações sócio-econômico-político-culturais, os luso-brasileiros permaneceram

⁴³ ZANELATTO, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política: O integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre (PUC – RS), 2007. p. 102.

incontestavelmente no controle da região pelo menos até a década de 1930. Em Araranguá foi só a partir da sua emancipação de Laguna em 1880, que a ocupação estrangeira de imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses passou a se processar.

Essas colônias de imigrantes e descendentes italianos encontraram durante o período de instalação e mesmo depois, durante a Primeira República, muitas dificuldades, ocasionando a estagnação dessas colônias que não conseguiam se desenvolver.

Encontrou-se em Dall'alba⁴⁴, o relatório do Cônsul Régio da Itália em Florianópolis, Gherardo Pio de Savóia de 1900, que em visita à alguns municípios e colônias italianas destaca as condições materiais e morais em que se encontram os imigrantes e descendentes italianos no sul de Santa Catarina. Os elementos apontados pelo cônsul que justificam o atraso dessas colônias de imigrantes e descendentes italianas no sul do estado, são referentes ao isolamento desses núcleos por falta de vias de comunicação, dificultando o escoamento da produção agrícola das colônias, falta de lideranças na política, comércio, o abandono das autoridades do governo, falta de profissionais de diversas áreas, pois para essas colônias italianas vinham exclusivamente imigrantes agricultores, sendo a língua também apontada como um fator que dificultava a interação das várias colônias italianas entre si, pois se falava entre elas, vários dialetos. Em alguns momentos do relatório, o Cônsul compara essas áreas de imigração italiana no sul aos de ocupação alemã, sempre colocando o alemão como mais instruído, com uma preparação intelectual e moral superior aos italianos.

Apesar dos problemas apontados pelo Cônsul referentes as colônias italianas, isso não quer dizer que os imigrantes e descendentes não estavam envolvidos em disputas pelo poder local, a exemplo disso, foi a emancipação de alguns núcleos colônias de imigração italiana elevadas à categoria de município: Urussanga em 1900, Orleans, 1913 e Criciúma em 1925, quando imigrantes e descendentes de italianos tiveram participação fundamental nesses processos.

O sul do estado ainda passaria por influências dos fascismos europeus, atingindo não só as áreas de imigração europeia, mas também os luso-brasileiros.

Segundo Zanelatto⁴⁵, o nazismo encontrou maior simpatia e adeptos nas regiões do Norte e Vale do Itajaí, onde os partidários do nazismo, “constituíam um distinto grupo social urbano”. No sul catarinense não são encontrados indícios de organização do Partido

⁴⁴ DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*. Caxias do Sul (RS). Editora da Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1983. p. 62-71.

⁴⁵Ver Zanelatto, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política...* p. 206 e seguintes...

Nazista, porém não se descarta a hipótese da presença de grupos ou pessoas na região simpatizantes do nazismo, haja vista que até 1938 o Partido Nazista funcionou normalmente em todo o país, sendo que em Forquilha (SC) e na comunidade de Itoupava, pertencente à Araranguá(SC), indícios levam a crer que lideranças desses núcleos coloniais alemães tiveram ou mantinham contato e informações com a Alemanha nazista.

O fascismo italiano no sul de Santa Catarina não atraiu muitos adeptos, pois foi abraçado principalmente por imigrantes italianos natos que faziam parte da pequena elite local (Urussanga e Nova Veneza). Na região sul do estado o Integralismo conseguiu se organizar e desenvolver nos anos 30, principalmente entre os filhos e netos de imigrantes italianos que viviam em pequenas propriedades em zonas rurais isoladas no sul catarinense⁴⁶, estabelecendo pouca proximidade com os regimes fascista e nazista, devido a pouca popularidade que estes dois últimos exerceram na região.

O integralismo no sul catarinense foi organizado principalmente nas áreas rurais em que seus adeptos eram quase todos pequenos agricultores, formando deste modo, vários núcleos e sub-núcleos do partido. Conforme Marlene de Fáveri⁴⁷, a difícil situação da maioria desses colonos de origem italiana ou mesmo alemã em terras brasileiras, fazia com que a proposta salvadora do Integralismo trouxesse a sensação de segurança e conseguisse “preencher” algumas frustrações da sua difícil vida. Além de uma agremiação, os membros filiados ao Integralismo, tinham a oportunidade de reunir-se proporcionando momentos de sociabilidade.

No período que se estende de 1930 a 1936, Araranguá passou por um período conturbado em sua política administrativa e econômica. As sucessivas mudanças de superintendentes municipais associados ao seu enfraquecimento na economia, contribuíram fundamentalmente para o surgimento do Integralismo no município de Araranguá, espalhando-se rapidamente para o seu interior em vários sub-núcleos.⁴⁸ O principal sub-núcleo integralista do vale estava no distrito de Turvo, em Rio Jundiá, criado em 1935, composto por 128 elementos.⁴⁹ Ao analisar a listagem de filiados do sub-núcleo de Turvo⁵⁰, percebe-se por meio dos sobrenomes (mesmo que às vezes apresentam-se ilegíveis), que a

⁴⁶ Idem, p. 216 e seguintes...

⁴⁷ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 216-217.

⁴⁸ ZANELATTO, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política...* p. 261.

⁴⁹ GABRIEL, Rosa Maria C. *O integralismo no Rio Jundiá*. Criciúma: UNESC, 1993. (Monografia de Especialização). p. 28-29.

⁵⁰ Ver lista completa de nomes em GABRIEL, Rosa Maria C. *O integralismo no Rio Jundiá...* Documento em Anexo.

maioria dos membros do partido era de origem italiana, entre alguns de origem alemã e luso-brasileiros.

Como observa Marlene de Fáveri, no período das perseguições do Estado Novo contra os estrangeiros, o fato de ser um simpatizante ou ter sido ex-membro do Partido Integralista podia ocasionar denúncias contra o indivíduo.⁵¹ Ali próximo, em Timbé do Sul, pode ser encontrado outro sub-núcleo integralista, criado em 1935.⁵²

Em 1936, o Integralismo concorreria às eleições municipais em vários municípios catarinenses. Em Araranguá, as eleições não elegeram o candidato integralista – Jayme Wendhausen – mas sim, Caetano Lummertz, pertencente aos liberais que permaneceria no cargo até 1941.

Contudo, o partido integralista elegeu três vereadores à câmara municipal araranguense em 1936, mostrando a força do partido naquele município, como afirma Zanelatto, enquanto o partido Integralista disputou as eleições com candidatos próprios em quatro municípios, o partido Liberal concorreu com candidatos próprios em todos os municípios e os republicanos em apenas um.⁵³

Independentemente do partido que representavam e suas respectivas articulações políticas, procura-se neste momento, enfatizar a partir dos resultados das eleições municipais ocorridas em 1936, um despontamento dos estrangeiros na política sul catarinense, evidenciando mudanças positivas a esses grupos. Além de Lummertz em Araranguá, observa-se pelo menos mais quatro prefeitos eleitos com sobrenomes de origem italiana ou alemã, Elias Angeloni (Criciúma), João Damiani (Urussanga), Otto Pfitzenreuter (Orleans) e Bernardo Schmitz (Jaguaruna).⁵⁴

Diante do exposto, fica evidente a ascensão dos descendentes de imigrantes europeus no sul de Santa Catarina, especialmente em Araranguá, onde os dois candidatos à prefeitura municipal eram de descendência alemã, quando disputaram uma eleição acirrada. Apesar de estar em plena ascensão política e ser bem recepcionado entre as populações, principalmente as rurais, em 1937 com a instauração do Estado Novo, o Integralismo foi colocado na ilegalidade.

Conquistando uma posição de destaque na região, os italianos podem ser vistos, nos tempos da Segunda Guerra, como o grupo étnico com maior número de confinados em

⁵¹ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 217.

⁵² SAVI, Hilário. *Timbé do Sul: um pouco de sua História*. Florianópolis: Paralelo. p. 78.

⁵³ ZANELATTO, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política...* p. 273.

⁵⁴ Ver tabela completa dos resultados das eleições municipais de 1936 no sul catarinense em ZANELATTO, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política...* p.272.

Timbé do Sul, conforme sugerem as fontes analisadas no decorrer da pesquisa, ou seja, mesmo gozando de destaque na região, isso não isentou a repressão do governo sobre este grupo.

Todavia, a nível nacional, os italianos e seus descendentes representaram o grupo menos perseguido quando comparados a alemães e japoneses internados em locais de confinamento espalhados pelo país.

Priscila Perazzo⁵⁵ aponta que enquanto a polícia desempenhava forte repressão aos alemães e suas atividades, os italianos receberam uma repressão mais branda e foram pouco atingidos pelas ações nacionalistas. Mostravam-se ainda um grupo pouco organizado, o que também pode ter sido algo que facilitou o “controle” das autoridades sobre os indivíduos desta nacionalidade. Outros fatores levantados pela autora para esse tratamento ao italiano, direcionam-se na queda do governo de Mussolini, em 1943, e na “troca de lado” ainda em 1943, quando a Itália passou a apoiar os Aliados na guerra.

A propaganda fascista que pretendia exaltar a italianidade entre os imigrantes e descendentes no Brasil atingiu principalmente as classes médias de origem italiana residentes nos grandes centros urbanos. Em Santa Catarina como mencionado anteriormente, o fascismo foi recebido principalmente entre aqueles italianos natos pertencentes a uma pequena elite local, enquanto a segunda geração, ou seja, filhos e netos destes últimos, “já se sentia brasileira, mas com algum sentimento filo-italiano, enquanto a terceira geração só se identificava com o Brasil”.⁵⁶

Considerando estes argumentos, o internamento de italianos desde a declaração de guerra ao Eixo não deixou de ser aplicada a este grupo, porém a maioria destes que se encontravam internados nos campos de concentração, colônias de internamento, presídios, entre outros locais que receberam os indesejáveis estrangeiros, foram ex-tripulantes de navios italianos detidos em consequência do estado de guerra. Segundo Priscila Perazzo, o número de presos variava de ano para ano, mas pode-se observar, segundo relatório de 1943, que apenas cinco italianos são encontrados presos em Santa Catarina em consequência do rompimento e do estado de guerra.⁵⁷

⁵⁵ PERAZZO, Priscila F. *Prisioneiros da guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942 – 1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp. 2009. p. 83-87.

⁵⁶ ZANELATTO, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política...* p. 230.

⁵⁷ PERAZZO, Priscila F. *Prisioneiros de guerra...* p. 85. Fonte: Relações nominais dos “italianos detidos em consequência do rompimento e do estado de guerra”, formulada pelo Ministério da Justiça, entregue Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 10/05/1943 e 09/12/1943. Lata 1402, maços 36.334 e 36.335, AHI (PFP, A4). Aranha, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 10/05/1943 e 09/12/1943. Lata 1402, maços 36.334 e 36.335, AHI (PFP, A4).

Outro fator que também vem a contribuir para esse abrandamento da repressão policial para com os italianos e descendentes, pode estar no fato de que a cultura italiana, sendo relativamente semelhante à cultura predominante no Brasil, fez com que as divergências, se essas realmente existiram, foram menos problemáticas quando comparadas à cultura alemã em contato com a brasileira,⁵⁸ quando é possível perceber uma maior adaptabilidade e integração dos italianos, principalmente nos centros urbanos.

⁵⁸ GERTZ, René. *O fascismo no sul...* p. 17.

3. CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao se refletir sobre a utilização do termo campo de concentração, tende-se a se remeter a um tipo de conceito estereotipado, enraizado no imaginário social associado diretamente aquele modelo de campos de concentração construídos principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, que ganha fortes contornos a partir dos exemplos vistos na Alemanha nazista. Como aponta Priscila Perazzo⁵⁹, o campo de concentração é um termo que se constituiu e passou a representar uma determinada situação num determinado contexto histórico, “quando não conseguimos, nos dias de hoje, designar o termo campo de concentração para outras experiências diferentes daquelas que aterrorizam a humanidade nos anos de 1940”. Portanto, a autora acredita que o termo campo de concentração se cristalizou no contexto da guerra a partir dos modelos de campos construídos pelo governo nazista, o que “atualmente impede as pessoas de aceitarem o termo” para outros contextos ou situações diferentes daquelas vistas no nazismo alemão durante a Segunda Guerra.

(...) certamente o campo de concentração é, nos tempos mais recentes, o exemplo mais dramático e assustador de reclusão forçada. O uso de técnicas de vigilância em tais ambientes cercados e com horários controlados inegavelmente lançou uma marca maligna na era moderna.⁶⁰

Segundo Hannah Arendt⁶¹, os campos de concentração foram utilizados pela primeira vez no início do século XX, na Guerra dos Bôeres, na África do Sul. Conforme a autora, os campos de concentração não foram uma invenção dos movimentos totalitários.

Contudo, estas instituições propagaram-se com maior rapidez e naturalidade durante a Segunda Guerra Mundial.

Num primeiro momento faz-se necessário compreender o contexto em que os campos de concentração inseriram-se com maior naturalidade, analisando o cenário nacional e internacional nas décadas de 1930 e 40.

⁵⁹ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Mais histórias de uma (outra) guerra: Campos de concentração no Brasil para “Súditos do Eixo” durante a Segunda Guerra Mundial*. Fronteiras – Revista catarinense de História, UFSC, Florianópolis(SC). Nº 13. P. 25-41, 2005. p. 40.

⁶⁰ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Mais histórias de uma ...* p. 28 apud GIDDENS, Anthony. *O estado – nação e a violência*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 205 – 206.

⁶¹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 490.

No Brasil, estas instituições legitimadas pelo autoritarismo do governo Vargas, passaram a vigorar e ganhar legitimidade logo após a entrada do país na guerra em 1942, quando os estrangeiros passaram a ser denominados “súditos do Eixo” e fortemente perseguidos e presos pelo governo. Num período de crise nas relações diplomáticas entre Brasil e países do Eixo, a proposta de implantar campos de concentração inseriu-se não só num contexto em que o objetivo era isolar e excluir temporariamente os indesejáveis “súditos do Eixo”, seja por afinidade ideológica (nazi-fascista) ou descendência étnica (alemães, italianos ou nipônicos), mas também uma prática que legitimava a campanha anti-nazi-fascista assumida pelo país no intuito de estreitar diplomaticamente os laços com os países Aliados, principalmente Estados Unidos da América.⁶²

Antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial, perseguições e prisões ocorriam em diversas partes do país, principalmente depois da implantação do Estado Novo em 1937, quando todos os partidos foram colocados na ilegalidade e adversários políticos (principalmente comunistas) foram excluídos daquela sociedade por meio de prisões.

Os campos de concentração brasileiros inseriram-se num sistema maior de internamento de civis que alcançou ápice durante a Segunda Guerra Mundial. Todavia, suas origens são muito anteriores e seu formato moderno modelou-se com o advento do século XX.⁶³

Simpatizante das políticas autoritárias nazi-fascistas da Europa, Getúlio Vargas buscou por meio desses campos de concentração uma forma de legitimar os laços estreitos com os países Aliados, combatendo essas “ameaças internas” e ao mesmo tempo afastando-se do Eixo, pelo qual sempre teve muita admiração. O acirramento da repressão contra os “súditos do Eixo” encontrou no contexto da guerra, um solo fértil para legitimar o funcionamento dos campos de concentração brasileiros.

As garantias da cidadania do estrangeiro foram cerceadas; seus bens foram confiscados, a locomoção controlada, a cultura drasticamente reprimida em suas dimensões cotidianas. Todos esses fatores foram vivenciados pelas colônias de estrangeiros do sul do Brasil que passaram a sofrer com o processo chamado de Nacionalização.⁶⁴

Porém, a inserção dos Campos de Concentração na história do Brasil não se deu apenas no contexto da Segunda Guerra Mundial. Em outros períodos da história do Brasil é

⁶² PERAZZO, Priscila F. *Prisioneiros de guerra...*, p. 38.

⁶³ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Mais histórias de uma...*p. 26.

⁶⁴ Idem, p.33.

possível perceber vários tipos de modalidades de campos de concentração com a finalidade de retirar do meio social e confinar os indesejáveis.⁶⁵

Para Hannah Arendt existem três sistemas independentes de campos de concentração⁶⁶: Primeiro, aos grupos condenados ao trabalho forçado, que viviam em relativa liberdade cujas sentenças são limitadas; Segundo, aqueles campos de concentração onde os homens eram explorados ao máximo em sua força de trabalho, quando o índice de mortalidade é muito alto; Terceiro, aqueles campos de aniquilação ou extermínio, nos quais os internos eram “sistematicamente exterminados pela fome e pelo abandono”. A partir destas distinções, Arendt classifica estes três sistemas independentes de campos de concentração em três tipos: o primeiro sistema corresponde ao que a autora chama de “Limbo” que são “aquelas formas relativamente benignas que já foram comuns mesmo em países não totalitários, destinados a afastar da sociedade todo tipo de elementos indesejáveis”.

Neste sentido, Priscila Perazzo aponta que os campos de concentração existentes no Brasil durante a Segunda Guerra, se assemelham às práticas encontradas nos campos de concentração pertencentes à categoria do “Limbo”.⁶⁷ O segundo sistema denominado por Arendt é o “Purgatório” em referência aos campos de trabalho forçado da União Soviética e, finalmente, o terceiro sistema chamado de “Inferno”, “é representado por aquele tipo de campo que os nazistas aperfeiçoaram e onde toda a vida era organizada, completa e sistematicamente de modo a causar o maior tormento possível”⁶⁸, ou seja, este último é referente aos campos de extermínio da Alemanha.

Nesta perspectiva, Perazzo⁶⁹ salienta que independentemente da diversidade de características encontradas nos ambientes no que se refere ao confinamento de indesejáveis no Brasil, não impede definir campo de concentração, como aquele mecanismo de caráter autoritário que visa afastar do meio social todo aquele cidadão “perigoso à ordem de segurança nacional” num ambiente onde o governo possa manter o seu controle absoluto. A partir daí, Perazzo defende a idéia de utilizar o termo campo de concentração para esses locais de confinamento, destinados aos estrangeiros do Eixo “sem se basear na existência ou não de maus-tratos aos prisioneiros, até mesmo porque não se pretende comparar ou dimensionar”⁷⁰ com os confinamentos ocorridos nos campos de concentração nazista.

⁶⁵ Ver PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da Guerra...* p. 33-35.

⁶⁶ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo...*p. 493.

⁶⁷ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de guerra...* p.33.

⁶⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo...*p. 496.

⁶⁹ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de guerra...* p. 36-37.

⁷⁰Idem, p. 37-38.

Todavia, conforme aponta Macedo⁷¹, a denominação campos de concentração pode ser encontrada normalmente em várias fontes documentais da época, quando o uso desse termo era facilmente utilizado tanto nas correspondências oficiais quanto nos diálogos entre pessoas da época.

3.1 Os estrangeiros nos Campos de Concentração do Brasil

O termo campo de concentração amplamente usado para denominar esses locais que receberam durante a Segunda Guerra Mundial os estrangeiros do Eixo (alemães, italianos e japoneses) é, segundo Priscila Perazzo⁷², um termo usado recorrentemente nessa época, nos documentos oficiais do governo, no discurso da imprensa, nos inquéritos policiais ou nos diálogos dos cidadãos. Referia-se aos estabelecimentos prisionais que alojaram os “súditos do Eixo” no Brasil, pela denominação campo de concentração, ou seja, os termos presídio, campo de confinamento, colônia de internamento ou campo de concentração constituíam expressões sinônimas para a polícia e o governo brasileiro da época.

No entanto, sabe-se que a utilização do campo de concentração para o internamento/confinamento de indesejáveis no Brasil não foi uma criação do regime Vargas⁷³, mas encontrou neste contexto um momento favorável em que esse tipo de prática era normalmente empregado à indivíduos cujo objetivo era retirá-los do meio social para manter a ordem da nação. O sistema de internamento para imigrantes e descendentes alemães, italianos e japoneses passou a vigorar a partir de agosto de 1942 quando o Brasil declara guerra aos países do Eixo. Com isso, colônias agrícolas, escolas, asilos, hospitais, foram adaptados, criados, reformados, transformados em prisões para alojar os “súditos do Eixo”.

Deste modo, nos Estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas, foram criados ou adaptados estabelecimentos para aprisionar esses estrangeiros. Como assinala Perazzo⁷⁴, esses locais de internamento no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial apresentavam-se com características próprias e variáveis.

⁷¹ MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração...* p. 184.

⁷² PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão...* p. 205.

⁷³ Idem, p. 206.

⁷⁴ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra..* p.97.

Em correspondências recebidas e expedidas pelo Ministério das Relações Exteriores (1942-1945)⁷⁵, é possível constatar a presença de pelo menos quarenta locais de confinamento espalhados no país para o internamento de estrangeiros no período da guerra.

Foram estudados na tese de doutoramento de Priscila F. Perazzo, onze destes quarenta locais de confinamento, localizados em oito estados brasileiros⁷⁶ – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Pará – esta quantidade de locais assim classificados (pelo termo campo de concentração), segundo Janaína Santos de Macedo, “corresponde ao discurso oficial que nomeava assim determinados estabelecimentos prisionais. Além desses, aos quais as autoridades referiam-se nominalmente, existiram outros locais de confinamento”.⁷⁷

Portanto, além destes locais referidos nominalmente por campos de concentração, constatou-se que em outros estados do Brasil também podem ser encontrados outros locais de confinamento para estrangeiros durante a guerra, porém não referidos pelo discurso da época pela nomenclatura de campo de concentração.⁷⁸

Tabela 1 – Campos de concentração, colônias de internamento ou presídios em todo o Brasil (1942 – 1945):⁷⁹

Estado/cidade	Tipo de estabelecimento	Nacionalidades/internos
RS - Charqueadas (antiga São Jerônimo)	Colônia Penal Gen. Daltro Filho*	Alemães
SC - Joinville	Presídio Oscar Schneider*	Alemães
SC - Bom Retiro	Cidade de confinamento	Alemães
SC - Florianópolis	Casa de Detenção	Alemães
SC - Florianópolis	Seção Agrícola da Penitenciária de Trindade*	Alemães
SC – Ilha próxima a Guarás	Ilha de Guarás	Alemães e Japoneses
SC - Lages	Confinamento	Alemães
SC – São Joaquim	Confinamento	

⁷⁵ MACEDO, Janaína Santos de. *Os campos de concentração em...* p. 196-197.

⁷⁶ PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros da Guerra...*

⁷⁷ MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração em...* p. 193-194.

⁷⁸ Idem, p. 194.

⁷⁹ Ver tabela em MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração em...*, p. 196-197. Fontes: Correspondências recebidas e expedidas do Ministério das Relações Exteriores (1942-1945). Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro; FÁVERI, Marlene de.; Documentos APESC – DOPS e DEOPS pesquisados por Janaína Santos; KIMURA, Rosângela. *Políticas restritivas...*, p. 106.

SC – Timbé do Sul	Residências	Alemães e Italianos
SC – Rio do Sul	Pousada	Alemães
PR - Curitiba	Penitenciária de Curitiba	Alemães
PR - Palmeira	Campo de Internamento	Japoneses
PR - Castro	Campo de Internamento	Japoneses
PR – Granja do Canguiri	Campo de Concentração	Alemães, Italianos e Japoneses
PR – Ponta Grossa	Campo de Internamento	Japoneses
SP - Guaratinguetá	Escola Prática de Agricultura de Guaratinguetá*	Alemães
SP - Pindamonhangaba	Estação Experimental de Prod. Animal de Pindamonhangaba*	Alemães
SP – São Paulo	Casa de Detenção de São Paulo	Alemães
SP- São Paulo	Presídio Político da Imigração	Alemães
SP – São Paulo	Hospedaria dos Imigrantes	Alemães
RJ – Ilha da Guanabara	Presídio Ilha das Flores*	Alemães, Austríacos e Japoneses
RJ - Niterói	Casa de Detenção do Rio de Janeiro	Alemães
RJ – Ilha Grande	Colônia Correccional de Dois Rios	Não há dados
RJ – Ilha Grande	Colônia Penal Cândido Mendes*	Alemães e Italianos
RJ - Niterói	Casa de Correção do Distrito Federal ou Penitenciária Central*	Alemães e Japoneses
RJ - Niterói	Penitenciária Fonseca ou Penitenciária de Niterói	Alemães
MG – Proximidades de Belo Horizonte	Penitenciária Agrícola de Minas ou Penitenciária das Neves	Alemães, Italianos e Japoneses
MG – Juiz de Fora	?	Austríacos
MG – Pouso Alegre	Campo Provisório de Concentração para Prisioneiros de Guerra*	Alemães do navio Anneliese
ES - Maruípe	Hospital Getúlio Vargas	Alemães
BA - Salvador	Penitenciária	Alemães
BA - Maracá	Vila Militar dos Dendezeiros	Alemães
PE - Recife	Presídio Especial de Recife	Alemães
PE- Paulista	Campo de Concentração de Chã de Estavão*	Alemães
PB – João Pessoa	Presídio da Rua da Areia	Alemães
RN - Natal	Colônia Agrícola Dr. João Chaves	Alemães
PA - Acará	Campo de Concentração do Tomé Açú* ⁸⁰	Alemães e Japoneses

⁸⁰ (*) Locais pesquisados na tese de doutoramento de Priscila F. Perazzo no início dos anos 2000. Sobre esses locais ver PERAZZO, Priscila F. *Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)* São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp. 2009. p. 97-174.

PA - Belém	Residência própria	Alemão
PA – Não há dados	Manicômio Colônia Juliano Moreira	Alemães
AM - Manaus	Penitenciária de Manaus	Alemães

Sobre a tabela acima é possível tirar algumas inferências. O Estado de Santa Catarina aparece como aquele com o maior número de estabelecimentos para o internamento de estrangeiros, o que demonstra ter sido aquele que teve uma maior empreendida contra os estrangeiros, principalmente os de origem alemã. Outro aspecto observado é que a maioria dos internados desses estabelecimentos catarinenses e de outros Estados era de origem alemã, percebendo o maior acirramento destinado aos indivíduos desta nacionalidade. No Estado catarinense, quase todos os locais destinados ao confinamento de estrangeiros estavam localizados na região de Florianópolis, Vale e Norte do Estado, exatamente onde a presença de alemães é maciça. Não consta a presença de locais de confinamento na região oeste, o que não quer dizer que não houvesse detenções em cadeias ou qualquer outro tipo de estabelecimento naquela região.

No sul de Santa Catarina, ao que tudo indica, destacou-se a presença de um único estabelecimento que teve por finalidade confinar imigrantes e descendentes estrangeiros de origem italiana e alemã. Localizado no interior do município de Araranguá, a pequena vila de Timbé do Sul foi possivelmente o único local de confinamento do sul catarinense nos tempos da guerra que se tem registro.

Outras medidas para o internamento e a reclusão de imigrantes e descendentes dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) foram tomadas pelo governo Vargas. Por medida de segurança nacional, os indivíduos estrangeiros residentes em zonas litorâneas, foram afastados para o interior do país. Esses alemães, italianos e japoneses mesmo não sendo presos e mandados para campos ou detidos pela polícia, sofreram repressão por terem suas liberdades cerceadas ao terem sua locomoção restringida, pois a forçada mudança de moradia significou uma forma de repressão⁸¹, ou seja, uma vez mandados para alguma localidade do interior do país, só poderiam sair de lá por determinação oficial.

O governo suspeitava que poderiam sabotar o Brasil, através da passagem de informações acerca dos nossos navios.⁸² Neste aspecto, reserva-se este trabalho à

⁸¹ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de guerra...* p. 100.

⁸² MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração em...* p. 216.

apresentação de um local de confinamento ainda pouco conhecido pela historiografia local, localizado na localidade de Timbé do Sul (conhecida na época por Curticeira e Rocinha) até então pertencente ao distrito do Turvo, no município de Araranguá.

Sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e Polícia Política, os campos de concentração e demais estabelecimentos com finalidade de internar os “súditos do Eixo”, reservaram especificidades, possibilitando a diversidade na forma de tratar os detentos.

Em síntese, a historiadora Priscila Perazzo⁸³ aponta em seu estudo sobre onze campos de concentração espalhados pelo Brasil, algumas características em comum entre eles: a formação dos campos de concentração se estabeleceu após a entrada do país na guerra em agosto de 1942; formaram-se devido a falta de estrutura do sistema prisional do país para alojar todos os imigrantes e descendentes presos; foram denominados campos de concentração independentemente das suas características e peculiaridades tanto no aspecto ao tratamento aos seus internos quanto a sua estrutura física; os presos eram de maioria de origem alemã, seguidos de italianos e japoneses. Eram presas aquelas pessoas que tivessem envolvimento com atividades políticas ou qualquer outro tipo de atividade entendida como subversiva; estes estabelecimentos eram precários e pouco higiênicos e a alimentação era controlada e por vezes insuficiente; as correspondências eram censuradas e foram libertados após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Apesar de receberem a visita da Cruz Vermelha Internacional e Embaixada Espanhola⁸⁴, sendo estas visitas regulamentadas pelos acordos estabelecidos pela Convenção de Genebra de 1929, que estabelecia normas internacionais de proteção ao prisioneiro de guerra, mesmo comprometendo-se a garantir a aplicação dessas normas aos alemães, italianos e japoneses presos no país, tais normas não eram levadas muito à sério pelas autoridades brasileiras, mas que em seu discurso oficial no exterior, faziam questão de mostrarem-se obedientes à elas.⁸⁵

Segundo Priscila Perazzo⁸⁶, o Ministro da Justiça, Marcondes Filho, considerava que o confinamento só se aplicaria aqueles suspeitos que praticassem atividades contra a

⁸³ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de guerra...* p. 103 – 104.

⁸⁴ O Comitê Internacional da Cruz Vermelha era a instituição responsável pela assistência aos confinados em campos de concentração no Brasil, ou seja, faziam inspeções nos referidos locais de confinamento, percebendo as condições a qual se encontravam os detidos, responsáveis também pela transmissão de mensagens, correspondências aos familiares entre outras funções. Com o rompimento diplomático entre Brasil e Alemanha, a Embaixada Espanhola cuidava dos interesses dos alemães e japoneses nos campos de concentração brasileiros. Ver PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da Guerra...* p. 277 e seguintes.

⁸⁵ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da Guerra...* p. 222.

⁸⁶ Idem, p. 62.

segurança do país, pois não havia interesse na internação em massa. Assim, diante ao grande número de estrangeiros, apenas uma pequena minoria podia ser confinada. De todo modo, a repressão aos chamados “súditos do Eixo” que visava-os colocar na mesma condição, foi na prática bem diferente, já que receberam diferentes formas de tratamento e os motivos que ocasionavam as perseguições e os confinamentos também eram diferentes, variando de nacionalidade para nacionalidade e de região para região.

3.2 Campos de Concentração e outros locais de confinamento em Santa Catarina

A Constituição de 1937 legitimava a repressão e o aprisionamento desses indivíduos, retirando-os do meio social, afastando-os e os encaminhando a locais de confinamento.⁸⁷

Tendo em vista a necessidade de afastar da orla marítima os “súditos do Eixo”, as autoridades previam que era do mar que vinha o perigo. Dessa forma, esses indivíduos considerados “perigosos a ordem e segurança nacional” deveriam afastar-se do litoral e abandonar suas residências.

As boas relações diplomáticas entre o Brasil e Alemanha passam a ficar estremecidas partir de 1938, e, em 1942 com o rompimento total, a política de nacionalização é intensificada contra os imigrantes e descendentes de estrangeiros pertencentes às nações do Eixo, principalmente alemães, resultando em inúmeras detenções por todo o país,

Os estrangeiros passavam a ser vistos como inimigos responsáveis pela subversão da ordem política e social, principalmente os que fossem considerados comunistas, de origem judaica, integralistas e nazistas, mesmo que sem filiação partidária. Com o desenrolar da guerra, [...] o alvo das hostilidades da polícia política brasileira transferiu-se para os descendentes dos países do Eixo. Os alemães e seus descendentes, de modo geral eram considerados suspeitos apenas pela sua origem étnica e pela língua falada.⁸⁸

⁸⁷ Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Art. 168 - Durante o estado de emergência as medidas que o Presidente da República é autorizado a tomar serão limitadas às seguintes: a) detenção em edifício ou local não destinados a réus de crime comum; desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir; b) censura da correspondência e de todas as comunicações orais e escritas; c) suspensão da liberdade de reunião; d) busca e apreensão em domicílio. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao> Acessado em 26/09/2010.

⁸⁸ MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração em...* p. 100.

A partir de 1942, os estrangeiros suspeitos de manterem relações com os países do Eixo eram presos e mandados para instalações de confinamento, mesmo sem nunca terem cometido crimes, já que raramente eram interrogados antes de serem presos.

Em Santa Catarina haviam dois locais denominados campos de concentração: a Seção Agrícola da Penitenciária de Trindade, em Florianópolis, e o Presídio Oscar Schneider, em Joinville. Em Santa Catarina, Trindade e Oscar Schneider destacaram-se entre os demais locais que receberam os imigrantes e descendentes europeus durante a guerra. Foram os únicos do Estado a serem visitados pela Embaixada Espanhola e Cruz Vermelha Internacional, ambos com o maior número de presos tornando-se visíveis suas condições.⁸⁹

Além destes, há registros de vários outros locais de internamento espalhados pelo estado de Santa Catarina, locais improvisados que confinaram alemães e italianos. Além do município de Bom Retiro que serviu como cidade de confinamento para alemães, a Casa de Detenção em Florianópolis, a Ilha de Guarás próxima a Florianópolis utilizada num primeiro momento até o fim de 1942, no internamento de alemães e japoneses. No Planalto, em Lages e São Joaquim, havia locais de confinamento, ambos para alemães. Em Rio do Sul funcionava uma pousada para confinar pessoas de origem alemã.

Nessa perspectiva há vários locais ainda não documentados, restando basicamente as fontes orais e a memória das pessoas. Neste sentido, cita-se o campo de confinamento de Timbé do Sul, no extremo sul do estado, uma pequena vila de colonização italiana então pertencente ao distrito de Turvo no município de Araranguá. Segundo Fáveri⁹⁰, havia ainda aqueles que eram presos em cadeias comuns como os encontrados nos municípios de Canoinhas, Rancho Queimado, São Bento do Sul.

Como previsto pela Constituição de 1937 Artigo 186 – “É declarado em todo o país o estado de emergência”⁹¹ – ou seja, era assegurado por lei a intervenção em associações, agremiações, o controle das reuniões públicas, invasões à residências, apreensão de materiais pessoais, prisões, estações de rádio fechadas, interrogatórios a pessoas consideradas “suspeitas” entre outras medidas⁹², essas práticas foram por exemplo, frequentes na pequena colônia de Forquilha, no sul do estado. Portanto essa realidade passou a fazer parte do cotidiano daquelas comunidades e indivíduos de origem alemã e italiana de todo o estado catarinense.

⁸⁹ Idem, p. 203.

⁹⁰ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma...* p. 261.

⁹¹ Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao.

⁹² SILVA, Walburga Arns. *Saga de uma família teuto-brasileira*. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 1998. p. 156.

Como se pode encontrar na obra de Walburga Arns Silva, quando ela menciona que seu pai, Jacob Arns, professor da escola da Forquilha, denunciado, foi preso e enviado à Florianópolis em agosto de 1942 por onde permaneceu por quatro meses. Destaca a difícil rotina no campo de concentração da capital do Estado, onde as condições precárias nos dormitórios, as refeições insuficientes eram a base de pão, feijão e um pouco de charque. Os trabalhos forçados e insalubres deixava muitos detidos doentes, a falta de comunicação com a família entre outros aspectos⁹³, são relatados por Jacob Arns e transcritos por Walburga Arns nesta obra.

O caso de Jacob Arns foi mais um entre muitas detenções ocorridas no Estado catarinense durante a campanha de nacionalização no período de guerra. Marlene de Fáveri menciona que segundo relatório da embaixada Espanhola, encarregada pelos interesses alemães no Brasil, em visita ao campo de concentração de Trindade entre 1943 e 1944, destaca que “os internos no campo de concentração de Trindade estavam sofrendo maus tratos, eram tratados como indigentes e necessitavam de assistência médica”.⁹⁴

Embora as narrativas em algumas obras ou mesmo documentos oficiais como este citado acima apontam para maus tratos e outros tipos de arbitrariedades que viessem a sofrer os estrangeiros nos ambientes de internamento, deve-se lembrar que mesmo fora destes ambientes, em seu cotidiano, em suas comunidades, residências, italianos e principalmente alemães, recebiam várias formas de violência; castigos físicos, ofensas, subornos, chantagens, confisco de bens materiais de todo o tipo, entre outras.

Portanto, no próximo capítulo busca-se perceber essa outra guerra presente no Vale do Araranguá, mostrando as experiências de confinamento vividas na localidade de Timbé do Sul. Ali, homens tidos como “perigosos” permaneceram confinados, italianos e alemães afastados da costa marítima, de suas casas, famílias, negócios, enviados para Timbé do Sul por “motivo de segurança”.

⁹³ Idem, p. 160-161.

⁹⁴ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...*p. 226.

4. LUGARES DE CONFINAMENTO, LUGARES DA MEMÓRIA: A RECLUSÃO DE IMIGRANTES E DESCENDENTES DE ITALIANOS E ALEMÃES NO VALE DO ARARANGUÁ

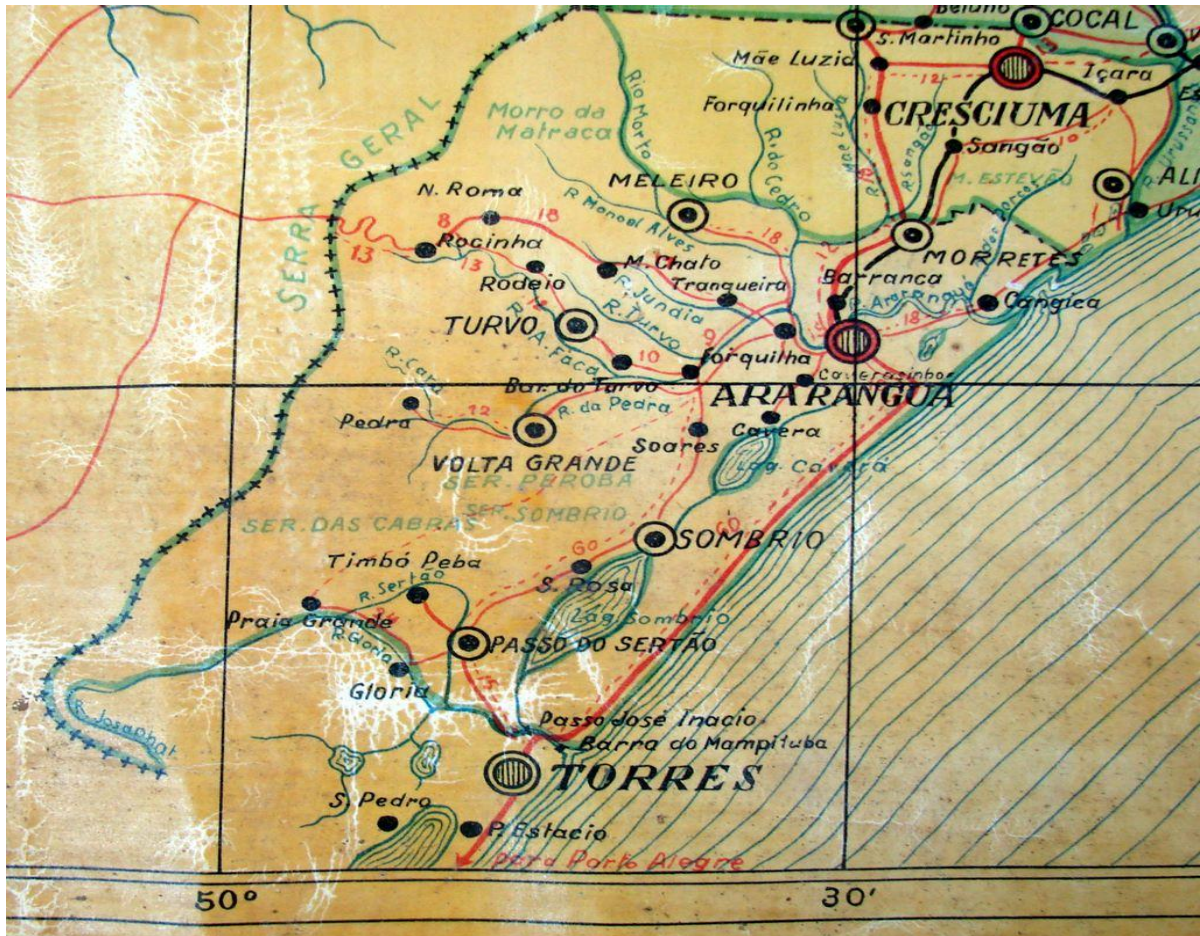
Em 1880, o município de Araranguá consegue sua emancipação político-administrativo de Laguna. Abrangendo uma ampla área territorial, tendo como limites geográficos o Rio Urussanga ao norte, ao sul o Rio Mampituba fazendo fronteira com o estado do Rio Grande do Sul e ao oeste a Serra do Mar. Sua população nesta época era constituída basicamente por descendentes de africanos, lusos, açorianos e algumas famílias alemãs.⁹⁵ Foi neste período que se processou a ocupação de imigrantes europeus no vale araranguense. Foram criados inicialmente os núcleos coloniais de Criciúma, Nova Veneza, Turvo, Volta Grande e Meleiro, todos com uma presença significativa de italianos.

Timbé do Sul era uma pequena vila situada aos pés da Serra da Rocinha, no extremo sul de Santa Catarina. Pertencente ao distrito de Turvo, em Araranguá, Timbé do Sul encontrava-se cerca de 50 km da sede do município – Araranguá - e à 270 km da capital Florianópolis, passando a ser colonizada por imigrantes italianos a partir da segunda década do século XX. No período da Segunda Guerra Mundial foi palco de misteriosas e quase desconhecidas histórias de confinamento envolvendo imigrantes e descendentes de alemães e italianos. Timbé do Sul também era conhecida pelos moradores da região na época de Curticeira e/ou Rocinha, recebeu entre os anos de 1943-1945, italianos e alemães vindos de várias localidades da região sul catarinense.

Figura 1 – Município de Araranguá em 1939⁹⁶:

⁹⁵ ZANELATTO, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política...* p. 123.

⁹⁶ O referido mapa datado do fim da década de 1930, evidência as noções geográficas - vias terrestres e fluviais - do Vale do município de Araranguá naquele período. Fonte: Organizado e desenhado por Oscar Schmidt, em 1939. Disponível em: <www.clicengenharia.com.br/praiagrande/historia.htm>.



Sobre o local de confinamento de Timbé do Sul no período da Segunda Guerra Mundial, Marlene de Fáveri enfatiza que “praticamente inexitem registros escritos, embora estes lugares e formas de aprisionamento tenham sido encontrados nas memórias”.⁹⁷

Cabe ressaltar que o Ministério de Justiça e Negócios Interiores e própria polícia política eram os órgãos responsáveis pela administração de todos esses campos de concentração, colônias de internamento ou presídios, estabelecimentos que alojaram, os estrangeiros suspeitos no Brasil durante a guerra.⁹⁸

O local usado para o confinamento em Timbé do Sul fica aos pés da serra geral, não se identificam a sua localização exata, porém bem afastado e de difícil acesso como desejavam as autoridades. No entanto, algumas narrativas apontam onde essas pessoas ficavam confinadas, como diz o senhor Hercílio Ferro, italianos e alemães ficavam confinados em lugares diferentes, os “italianos ficavam tudo aqui, porque tinha o Felipe Nato,

⁹⁷ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Em Santa Catarina*. Itajaí: UNIVALI; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005. p. 248-249.

⁹⁸ Idem, p. 239.

o Rovaris, e tinha os Savi [...] paravam na casa dessa gente de origem italiana e aí ficavam...” enquanto os alemães,

nós temos aqui o Molha Côco, um lugarzinho aqui perto. Tinha um alemão aqui, Fritz Becker. Ninguém entendia o alemão aqui, porque eles vieram lá da Itoupava [...] Então esses imigrantes alemães vieram de lá, como não havia alemão aqui, era só aquele lá, ficaram lá, na casa dele e ficaram durante um tempo. Também não foi muito tempo não.⁹⁹

Pode-se perceber nesta narrativa, que por não falarem a mesma língua, alemães e italianos foram separados, ou seja, não ficavam confinados nos mesmos ambientes. Mas não só isso, provavelmente as divergências ideológicas, culturais, religiosas, respectivos revanchismos, disputas, desafetos entre outros motivos, ocasionava este separamento entre italianos e alemães para evitar possíveis atritos. As memórias citam a localidade de Itoupava no interior de Araranguá, como a principal colônia de alemães do Vale, lugar onde se instalaram ao longo das primeiras décadas do século XX várias famílias alemãs. Como se verá adiante, as memórias indicam que os alemães confinados em Timbé do Sul eram residentes em Itoupava.

Esses afastamentos da zona litorânea para o interior eram previstos pela Constituição de 1937, Artigo 168, alínea A, prevendo “a detenção em edifício ou local não destinados a réus de crime comum, desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir”.¹⁰⁰

Essa medida de afastar do litoral os estrangeiros “suspeitos” foi realizada em Santa Catarina e em outros Estados do Brasil, como no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O isolamento do estrangeiro para o interior significou deste modo, uma prática de repressão, pois temiam as autoridades que viesse do mar a ameaça estrangeira, legitimando a necessidade de afastá-los para o interior do país em vagarosas evacuações para manter a segurança da nação.¹⁰¹

Tal determinação restringiu suas liberdades individuais e sua liberdade de escolha do local em que deveria morar, o confinamento dos estrangeiros para o interior visando seu afastamento da orla marítima além de representar uma manobra preventiva na manutenção da informação organizada pelas autoridades brasileiras, se constituiu numa forma de repressão,

⁹⁹ FERRO, Hercílio. 81 anos. Depoimento concedido em 01 de Julho de 2010 em Timbé do Sul.

¹⁰⁰ MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração...* p. 218. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Artigo 168, alínea a. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao>.

¹⁰¹ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 247.

quando as regiões previamente destinadas ao seu confinamento eram determinadas pelo governo.

Quando entrevistado, o senhor Hercílio Ferro, antigo morador da cidade de Timbé do Sul, ainda garoto na época das detenções, acompanhava seu padrasto - Antônio Castro, Inspetor de Quarteirão de Timbé do Sul na época - nas buscas e apreensões de armas, rádios e qualquer outro material que fosse considerado subversivo. Seu Hercílio destaca ainda que desempenhou a função de “motorista” naqueles tempos. Ele ajudava a transportar os presos que chegavam até a delegacia de Turvo, levando-os de carroça até Timbé do Sul, onde deveriam ficar confinados.

Eu, na época, eu tinha uma carroça, quatro rodas, dois animais e eu transportava eles pra cá. [...] eles vinham no Turvo...eles vinham ali, faziam a documentação deles ali...minha mãe mandava por correio, naquele tempo era só o telégrafo! Então era a minha mãe que se comunicava pelo correio e passava por ofício para o delegado. Passava por ofício as ordens e eu puxava eles pra cá. Eu era moleque, puxava eles pra cá. E quando tinha qualquer problema aqui ou com a família lá, comunicavam com a gente, eu vinha buscar eles... mais vim buscar muita gente também com doença...Ali todo mundo se conhecia, mas a lei era aquela e tinham que vir! Não podiam e não saiam!¹⁰²

Como se pode observar nas palavras do depoente, além do seu padrasto ser Inspetor de Quarteirão¹⁰³, sua mãe era agente dos correios, ou seja, a responsável por emitir ao delegado de polícia de Turvo, Luiz Cirimbelli, os ofícios onde constavam os nomes daqueles italianos e alemães suspeitos que deveriam ser presos ou mandatos de busca e apreensão de armas, rádios ou outros materiais que fossem considerados subversivos. A vigilância era constante naquele período, como afirma Fáveri, o apoio da população local ajudou a acirrar ainda mais a repressão e a vigilância sobre os estrangeiros suspeitos.¹⁰⁴

O padrasto do senhor Hercílio, Antônio Castro, era Inspetor de Quarteirão de Timbé do Sul, ou seja, era o responsável por efetivar as detenções previamente estabelecidas por determinação oficial, busca e apreensão de rádios amadores, materiais impressos ou imagens que conotavam a ligação com o Eixo, cabendo também a ele a função de recolher periodicamente a assinatura de todos os estrangeiros presos naquela localidade.

¹⁰² FERRO, Hercílio. Entrevista citada.

¹⁰³ O **Inspetor de Quarteirão** era uma espécie de oficial de polícia, fazia as rondas e deletava os suspeitos, tinha a função de fazer cumprir a ordem.

¹⁰⁴ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)*...p. 308.

Quando perguntado sobre a existência de documentos referentes a registros e anotações que o seu padrasto viesse a fazer sobre o confinamento e seus confinados, o senhor Hercílio Ferro afirmou que “não, o que tinha foi tudo perdido”.¹⁰⁵

Segundo o senhor Iracy Scarabelot¹⁰⁶, sobre o motivo das detenções, ele afirma: “Tudo pacífico! Que perigo?! Quatro, cinco famílias aqui. Se eles se reunissem, fizessem palestras...mas não, eles só iam trabalhar. Provalecimento dessa gente. O negócio aqui era provalecimento dessa gente”. As denúncias constituíam no fator determinante que ocasionava a prisão daqueles estrangeiros, sendo as mesmas realizadas, por vezes, pelos próprios vizinhos, pessoas buscando tirar proveito da situação pouco favorável na qual se encontravam os estrangeiros no país. A nível local, essas disputas eram mais acirradas o que ocasionava muitas desavenças. O momento era ideal para buscar a vingança, a revanche sobre o outro e a denúncia passou a ser sua arma.

Cabe lembrar que naquele período as prisões baseavam-se na lógica da suspeição, sendo que qualquer coisa poderia servir como motivo para incriminar o ‘inimigo’, ou seja, primeiro buscava-se prender e depois investigar se o preso tinha ou não culpa. Essa atitude por vezes equivocada levou muitas pessoas às prisões, o que também influenciou diretamente no período da detenção do estrangeiro, podendo ficar horas, dias, meses na cadeia local, ou mesmo ter de apresentar-se diariamente ao delegado. Conforme Fáveri, os casos mais graves, “envolvendo infração, desobediência da ordem, era aberto processo e os “mais perigosos” eram afastados da cidade ou encaminhados para o campo de concentração da Trindade”.¹⁰⁷

Seu Hercílio Ferro explica que ninguém era transferido de Timbé do Sul para outro local de confinamento, “porque não fizeram arruaça nenhuma, tinha lugar aí que eles faziam, não concordavam com aquilo por isso é que mandavam pra outros lugares, ou mandavam pra Florianópolis”.¹⁰⁸

O medo era um elemento condicionante naqueles tempos, viviam constantemente sob ameaça, a incerteza do futuro, a pouca informação sobre os locais de confinamento faziam as pessoas temerem. O medo em si era um forte agente controlador das ações dos ameaçados de confinamento, como assinala Marlene de Fáveri¹⁰⁹, “nas relações de forças, o medo foi construído propositalmente para imobilizar e fazer calar” os indivíduos de origem alemã e italiana, supostos ameaçadores da segurança e ordem nacional no Brasil.

¹⁰⁵ FERRO, Hercílio. Entrevista citada.

¹⁰⁶ SCARABELOT, Iracy. Entrevista concedida em 24 de setembro de 2010 em Turvo.

¹⁰⁷ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 96.

¹⁰⁸ FERRO, Hercílio. Entrevista citada.

¹⁰⁹ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 268.

O silêncio que envolvia o confinamento evocava incertezas, pois aos ameaçados, não oferecer resistência (pelo menos publicamente), davam amostras de serem “obedientes”.

Acredita-se que num lugar onde o policiamento não era acirrado como é o caso de Timbé do Sul, mecanismos e formas de driblar as ordens e as leis eram constantemente criados.

Com riqueza, o senhor João Francisco Arnold descreve sobre o dia em que seu pai foi intimado pela polícia e depois quando vai para o confinamento em Timbé do Sul:

Pelo Decreto, nenhum alemão ou italiano poderia permanecer dentro de uma faixa de quarenta quilômetros em nossas fronteiras, e deveria ser removido mais para o interior, em local determinado, onde ficaria confinado, até o final da guerra, e eu me lembro muito bem do dia em que, dois policiais militares, uniformizados e portando fuzil, chegaram a nossa casa lá na beira do rio Itoupava, procurando pelo meu pai. Eles falaram comigo, eu lhes disse que estava doente, de cama, eles mandaram chamar, ele levantou e os recebeu em nossa sala, e eles lhes entregaram a ordem judicial que determinava a ida no dia seguinte até a Delegacia de Polícia de Araranguá a fim de fazer um salvo conduto, e munido deste, em dia marcado, se apresentar a Polícia de Lages, Curitiba ou Bom Retiro, onde ficaria confinado até segunda ordem. Eu tinha na ocasião 13 anos de idade, nós morávamos lá na costa do Rio Itoupava, meu pai estava doente, de cama, quando chegaram dois policiais militares, fuzil na mão, baioneta calada, querendo falar com meu pai. [...] O pai doente, asmático incurável, a mãe grávida de oito meses (ou nove), um monte de crianças pequenas, pobreza extrema, tudo esfarrapado, de pé no chão, barriga cheia de vermes, sem dinheiro sequer para comprar o mínimo necessário até para sobreviver, sem saber como fazer para chegar a um dos locais acima indicados, foi um desespero, um Deus nos acuda. Mas Lei é Lei, tem que ser cumprida, e no dia seguinte, eu como intérprete, pois o pai não falava brasileiro, fomos juntos com outros alemães à Delegacia de Polícia de Araranguá e até frente ao Juiz de Direito, para fazer um salvo conduto, documento indispensável para a viagem, e saber como fazer, de onde tirar dinheiro para viajar, e coisas deste gênero, aí o nosso Juiz de Direito, vendo o absurdo da situação, determinou que o local do confinamento fosse mudado para Timbé do Sul, na Serra da Rocinha o que ficava bem mais fácil, bem mais perto, a condução por conta própria e o resto, alimentação, igualmente por conta de cada um. Assim, forma resumida ocorreram os fatos. Os confinados se reuniram e decidiram viajar todos juntos, em duas carroças, e como o local da parada deles lá ficou por conta deles, decidiram ir morar nas terras [...] numa encosta do morro, derrubaram o mato, para o plantio do milho, lavoura esta que foi feita, e mais adiante, quando eles ganharam a permissão para esperar o fim da guerra em suas casas [...].¹¹⁰

O senhor João Francisco Arnold nascido no Brasil, era filho de Franz Arnold, natural da cidade de Oberhausen, na Alemanha, imigrando com a família para o Brasil em 1924. João Francisco Arnold (hoje com 82 anos), filho mais velho de Franz e Edwig, decide traduzir as anotações que seu tio, irmão de seu pai, o Sr. Herrman Arnold fazia – já que as anotações estavam escritas em alemão - em anexo a essas traduções, João decide escrever algumas de suas próprias memórias do período de sua juventude compilando-as ambas

¹¹⁰ ARNOLD, João Francisco. *Manuscritos pessoais*. Araranguá, Março de 1986. p. 46-48.

anotações num único documento. Portanto, esse documento datilografado em 1986, reúne as anotações de Herrman Arnold e João Francisco Arnold e nos fornece importantes informações sobre o cotidiano na comunidade Itoupava (Araranguá) por onde residiu junto à sua família nas décadas de 1930 e 1940, local este ocupado por várias famílias de origem alemã. Pode-se encontrar nessas memórias algumas passagens referentes ao período em que seu pai ficou confinado em Timbé do Sul.

Os motivos que provavelmente levaram o pai do senhor Arnold ao confinamento em Timbé do Sul podem ser encontrados nestas palavras:

No dia anterior a viagem dele, a Polícia esteve mais uma vez em nossa casa à procura de algum material subversivo, ou quem sabe, de grande risco para segurança nacional, e confiscaram todos os escritos em língua alemã, livros, revistas, jornais, tudo e até cartas que meu pai recebia da Alemanha, de seus parentes, escapando apenas uns poucos livros que eu havia guardado no paiol, e entre estes um “Liederbuch” editado pelo Partido Nacional Socialista da Alemanha, e que todos os confinados haviam comprado para poderem cantar em suas reuniões no clube dos hinos de louvor ao Reich, e já no dia seguinte ao embarque de meu pai, andava eu, movido por um sentimento de revolta e que imaginava patriótico, cantando a plenos pulmões e aos berros, quase que em desagravo, aqueles hinos nazistas, para gáudio de meus colegas brasileiros de infância, que se divertiam a valer com o ardor patriótico, pois achavam aquilo engraçado, e me aplaudiam.¹¹¹

O senhor Franz, pai do senhor João Francisco Arnold como se pode observar, possuía vários materiais escritos em língua alemã provenientes da Alemanha, o que na época era proibido e constituía em crime. Contudo, a família Arnold não era a única daquela localidade, e ao que tudo indica, em Itoupava outras famílias alemãs tinham de fato simpatia à Alemanha nazista, os materiais em língua alemã em honra ao Terceiro Reich de Adolf Hitler indicam a preferência daqueles indivíduos ao partido nazista e sua forte ligação com aquele país.

A religião sem dúvida alguma era um dos aspectos que distanciavam alemães de outros grupos. A Igreja Protestante Luterana de Itoupava em Araranguá, era um ambiente frequentado exclusivamente por alemães e descendentes, não permitindo a entrada de outras etnias, inclusive de alemães católicos. Esse isolamento reforçado pela sua língua de origem, fazia crescer algumas inimizades diante aos demais moradores daquela região.

[...] a maior parte dos alemães aqui residentes eram em sua maioria, racistas eles próprios, convictos de que pertenciam a uma raça superior, que não deveria se misturar com o caboclo da terra, descendente de outras etnias, e ainda havia o fator religioso: a maioria dos alemães e seus descendentes professavam a fé da Igreja Protestante de Confissão Luterana, enquanto que a totalidade dos brasileiros de outras descendências era católica. Havia na época um profundo cisma religioso, com

¹¹¹ Idem. p. 53.

católicos e luteranos não se entendendo para nada do mundo, e cada qual seguindo o seu próprio caminho, convicto de que só ele estava certo e que os demais estavam errados.¹¹²

Além do isolamento étnico priorizando a “não mistura de raças”, os alemães, pretendiam manter a pureza de sua raça, como salienta em entrevista o senhor Luiz Ângelo Cirimbelli, 70 anos, morador de Turvo:

Difícil naquele período da colonização, difícil era o contato do italiano com o açoriano, eles tinham muita antipatia à uma ligação da família italiana ou alemã com a brasileira [...] naquele período, principalmente as pessoas mais idosas, eles tinham uma aversão a essa situação, o pai não deixaria jamais uma filha casar, por exemplo, com um brasileiro! Era impedida.¹¹³

No livro *Histórias do Grande Araranguá*, pode-se encontrar outros indícios desta aversão dos italianos e alemães para com os brasileiros, quando o senhor Antônio Sávio de São Bento Baixo, no interior de Nova Veneza, afirma: “Nossa pátria verdadeira é aqui, mas nosso sangue é de lá. Entre italianos [...] não havia distinção. Com os brasileiros era difícil que um pai deixasse uma filha casar. Brasileiros eram só para serviço no tempo de fazer roça”.¹¹⁴ Este mesmo exemplo também pode ser percebido nas palavras do senhor Aluísio Hoepers, de Forquilha:

Quando nós chegamos, a comunidade aqui era toda alemã. Falava-se só o alemão. O culto era em alemão. Escola era só alemã. Tinha até uma certa resistência de aprender o português. Misturar eles não queriam muito. Mas para falar, até que não se opunham. Meu pai falava bem. Mas falava-se dos alemães abasileirados, os “ferbrasilianer”, alemães que moravam no meio dos brasileiros e pegavam os costumes deles, ficavam relaxados, acabocados.¹¹⁵

As citações acima só reforçam as tensões étnicas, que encontraram no advento da guerra, um momento propício para efetivarem por meio das denúncias e justificando-se por meio destas, antigos problemas envolvendo diferenças religiosas, culturais, lingüísticas, econômicas, políticas. Evidencia-se nessas narrativas a resistência de italianos e alemães a não se misturar com os brasileiros, desde questões envolvendo raça, mas também aspectos culturais.

¹¹² ARNOLD, João Francisco. *Manuscritos Pessoais...* p. 11.

¹¹³ CIRIMBELLI, Luiz Ângelo. 70 anos. Entrevista concedida em 24 de setembro de 2010, Turvo.

¹¹⁴ DALL'ALBA, João Leonir. *Histórias do Grande Araranguá*. Araranguá (SC): Gráfica Orion Editora, 1997. Entrevista concedida pelo senhor Antônio Sávio, 64 anos. 1986. Nova Veneza. p.380.

¹¹⁵ DALL'ALBA, João Leonir. *Histórias do grande...* entrevista concedida pelo senhor Aluísio Hoepers, 66 anos. Forquilha. p. 369.

A religião também implicou as relações tensas, já que a maioria das famílias alemãs residentes em Itoupava eram de religião Protestante Luterana – os Arnold, Pietsch e os Hilzendegeer eram as únicas famílias alemãs católicas naquela comunidade¹¹⁶ - enquanto a maioria dos brasileiros e outras nacionalidades eram católicos. As tensões religiosas principalmente entre alemães, italianos e outras etnias também podem ser encontrados nas memórias do senhor Hercílio Ferro, que enfatiza: “os alemães se reuniam tudo naquela igreja (luterana), tinham vizinhos italianos, não freqüentavam a igreja deles, porque a igreja deles era outra, eles (italianos) diziam que ali não tinha “*Dio*”.”¹¹⁷ A igreja era um local de sociabilidade daquelas comunidades, onde todos se reuniam nos finais de semana. Com isso, a vigilância a esses espaços de sociabilidade dessas comunidades do interior passaram a ser constantes, já que essas aglomerações de estrangeiros podiam gerar entre os vizinhos, respectivas suspeições, motivos de sobra para ocasionarem denúncias.

Sobre as relações entre Igreja Católica e Protestante Luterana, o senhor Luiz Cirimbelli diz que: “Eu lembro que o nosso pároco criticava muito a postura e as mensagens que o pastor aqui de Araranguá, não sei quem era, pregava, por isso ele criticava muito”.¹¹⁸ O pastor de Araranguá a qual se remete o depoente, provavelmente era o alemão Fritz Göehring da Igreja Luterana da Itoupava, tal fala pode servir de exemplo para elucidar como eram essas relações entre as igrejas naquela época.

Apesar da aliança entre Estado e Igreja Católica durante a campanha de nacionalização na década de 30, as tensões entre eles não cessaram durante esse período. Contudo o acirramento para com os pastores evangélicos foi mais intenso, quando eram impossibilitados de negociarem caso fossem denunciados de algum delito, podendo ser processados pelo Tribunal de Segurança Nacional ou mesmo enviados a campos de concentração de Trindade. Constata-se ainda que recebiam tratamento diferenciado em relação aos clérigos católicos, já que estes últimos mantinham alianças com o governo do Estado.¹¹⁹ Entre os clérigos católicos e evangélicos de origem estrangeira houve grande resistência, pois mesmo proibidos, continuavam a celebrar suas prédicas religiosas em língua estrangeira.

Nestas igrejas a maioria dos padres e pastores eram estrangeiros, falavam o italiano, alemão ou qualquer outra língua estrangeira, o que era proibido pelo Decreto-lei

¹¹⁶ ARNOLD, João Francisco. *Manuscritos Pessoais* p. 19.

¹¹⁷ FERRO, Hercílio. Entrevista citada. Grifo nosso, em italiano “*Dio*”, em português Deus.

¹¹⁸ CIRIMBELLI, Luiz Ângelo. Entrevista citada.

¹¹⁹ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 154.

1.545, Art. 16 de 1939, que proibia qualquer sermão, oração, discurso religioso em língua estrangeira, sendo necessário o uso exclusivo da língua nacional.¹²⁰ Como afirma Hilário Savi¹²¹, “as autoridades policiais chegaram ao extremo ao proibirem a reza do terço em latim, nas capelas, confundindo-o com o italiano”. A proibição de rezar em língua estrangeira em público, rompeu práticas uma vez que a igreja constituía-se em um dos principais locais de sociabilidade daquelas comunidades, “nunca me esqueço, meu avô e esse pessoal, queriam ir na missa...não sabiam falar português...” enfatizou o senhor Iracy Scarabelott sobre a proibição de celebrar missas em italiano.¹²²

A ideia do “perigo estrangeiro” pairava aquelas comunidades do interior Araranguense, pois segundo Sr. Hercílio Ferro,

Em Forquilha, os alemães falavam muito isso aí...[...] Uma Nova Alemanha...e era só alemão, se entrasse um brasileiro ou se tivesse algum lá eles expulsavam! Eram alemães puro! [...] Eles queriam é mandar aqui no Brasil. Tu vê que eles já faziam na época aqueles lugares de italiano e de alemão, e não se misturavam porque queriam que isso aqui fosse...o italiano e alemão queriam isso... Hitler!!! [...] Forquilha era Nova Alemanha, Nova Veneza, era Veneza da Itália, Forquilha uma região alemã pode ver, é só alemão. [...] a idéia deles era fazer isso aqui um país deles. Um país novo deles.¹²³

Percebe-se a forte preocupação que as colônias de Forquilha (alemães) e Nova Veneza (italianos) representavam respectivos “focos de conspiração” pela grande quantidade de italianos e alemães que nesses lugares residiam. Tendo em vista o discurso da época que temia a construção de um Estado independente sob o controle da Alemanha (perigo alemão), na fala do senhor Hercílio Ferro, observa-se que o discurso oficial usado na época pelo governo brasileiro, se encaixava perfeitamente sobre as duas comunidades (Forquilha e Nova Veneza) citadas por ele, ou seja, o discurso do “perigo” ganhava legitimidade a partir dos exemplos encontrados nessas comunidades. Portanto, os efeitos gerados pela propaganda estado-novista na época, deixava a sociedade em alerta, pois as grandes aglomerações de estrangeiros eram consideradas perigosas ou mesmo conspiratórias.

Entre os suspeitos delatavam-se inocentes e culpados, havia aqueles que de fato simpatizavam com o nazismo e/ou fascismo e apoiavam os feitos do Eixo e sabiam o motivo de suas detenções¹²⁴, mas havia aqueles inocentes, que não falavam ou pouco falavam o

¹²⁰ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 155.

¹²¹ SAVI, Hilário. *Timbé do Sul: um pouco de sua história*. Florianópolis (SC): Paralelo 27, 1992. p. 87-88.

¹²² SCARABELOTT, Iracy. Entrevista citada.

¹²³ FERRO, Hercílio. Entrevista citada.

¹²⁴ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p.252.

português, quando muitos eram analfabetos, simples colonos que sequer tinham conhecimento dos motivos de sua detenção.

Nos tempos da guerra, como se pode observar, as detenções eram efetuadas por medida de prevenção numa região que incitava “cuidados”. Percebe-se as várias tensões envolvendo diferentes etnias. Esses italianos e alemães eram acusados de “*Quinta-coluna*”, como afirma o senhor Giacomo Rovaris morador de Turvo em entrevista em 1986, no livro *Histórias do Grande Araranguá*:

Durante a 2ª Guerra foram enviados uns quantos para Timbé. Eu morava na Vila Nova. Dei hospedagem para dois durante um mês: João Topanotti e Angelo Pont, ambos de Boa Vistinha, pouco além do Turvo. Cada três dias tinham que comparecer perante o Inspetor de um quartirão. Eram uns coitados que não sabiam de nada, acusados de Quinta Coluna, de espionagem para os italianos e alemães. A ordem era de ficar longe 60 km do mar. Na praça havia muita gente, espalhados ali pela figueira tinham uns quantos. Acho que tinha mais de trinta. Não faziam nada. Ficavam chateados, aguardando o dia de ir embora. Aí não esperavam para o dia seguinte. Teve algum que foi levado para Florianópolis. Um tal de Domingos Arcaro, esse eu tenho certeza que foi levado para lá. E havia mais outro, no Rodeio da Areia.¹²⁵

O modelo de confinamento em Timbé do Sul se caracterizava por ser residencial, ou seja, os imigrantes e/ou seus descendentes ficavam na casa de civis ali residentes.

Aqui não tinha hotel, não tinha nada, não tinha onde essa gente parar, não tinha como eles pagarem, então eles vinham, traziam alguma coisa pra eles comerem, traziam uma roupinha de cama pra dormi, e outros nem traziam nada, porque já paravam nas casas dessas pessoas de origem italiana e ficavam parado aí...eles ficaram uns meses aí.¹²⁶

Constata-se que Timbé do Sul, na década de 1940, caracterizava-se pelo seu isolamento e simplicidade no que se refere a estrutura física, quando as moradias eram poucas o que demonstra que o local foi rapidamente improvisado para receber os italianos e alemães.

Timbé do Sul foi predominantemente colonizada por italianos, que chegaram naquela comunidade apenas na segunda década do século XX. Ali, durante o período das perseguições e confinamento, como se pode observar nos relatos, predominavam as boas

¹²⁵ DALL'ALBA, João L. *Histórias do Grande...* Entrevista concedida por Giacomo Rovaris, em 1986, Turvo. p. 415. Esta obra registra 150 entrevistas de antigos moradores de Araranguá que apresentam vários aspectos do passado da cidade. Ali foi possível encontrar alguns poucos fragmentos sobre o confinamento em Timbé do Sul.

¹²⁶ FERRO, Hercílio. Entrevista citada.

Grifo nosso. O termo “*Quinta-coluna*” foi amplamente utilizado e difundido durante a 2ª Guerra Mundial, servindo para designar grupos clandestinos que trabalhavam para ajudar na infiltração nazista. Foi uma expressão surgida durante a guerra civil espanhola quando o general Emílio Mola Vidal marchava na direção de Madri com suas quatro colunas. Ao receber a colaboração de militares madrilenos, se referiu a eles como a “quinta-coluna”. No Brasil, os referidos “quinta-colunas” foram identificados como espiões e traidores. Esse termo era aplicado tanto aos alemães quanto aos italianos.

relações de companheirismo entre os italianos, pois a maioria dos que chegavam para o confinamento ficavam alojados na casa de amigos, parentes ou mesmo na casa de pessoas desconhecidas, porém de origem italiana.

A prática da prisão preventiva constitui em prender aquele sobre o qual pairava algum tipo de suspeita, assim o preso ficava à disposição da polícia até que se concluísse o inquérito, se nada fosse comprovado, poderia ser libertado, porém o período da detenção podia estender-se por meses até que o inquérito ficasse concluído.¹²⁷ A guerra propiciou um momento único oportunizando vinganças, revanches, pois ao mesmo tempo que se denunciava na intenção de ver o “outro” ser punido, davam-se (ao denunciar) provas de “patriotismo”.

Um dos vários motivos que ocasionavam denúncias era o simples fato de possuir aparelhos de rádios transmissores. Os proprietários de rádio tornavam-se alvos fáceis de acusação (Quinta-coluna), pois havia o temor por parte das autoridades, que estes estrangeiros que possuíam aparelhos de rádio pudessem se comunicar com a Alemanha e Itália por meio de navios ou submarinos daquelas nacionalidades que viessem a navegar na costa marítima brasileira. Sobre isso, seu Hercílio Ferro comenta:

Caravaggio, Urussanga Alta pra cima, aqueles Jordão e pra cima ali, era tudo italiano. Ali tinha muito rádio amador e eles vinham pra beira mar, pra se comunicar com os navios que passavam...Ôh! quantos rádio amador prenderam! (...) Aí em Araranguá, Itoupava teve também, levaram. Mais na época era só rádio, e muito ruim...não tinha nada, isso vinha tudo importado!¹²⁸

Como afirma Marlene de Fáveri¹²⁹, não havia muitos rádios naquela época, mas os poucos que tinham eram suficientes reunir na casa do proprietário do aparelho, alguns vizinhos para ouvir notícias, notícias da guerra, discursos. Hilda Brillinger em entrevista à Fáveri conta que em Itoupava, Araranguá, “Aonde tinha um rádio, a gente ia, iam quase todos, ali contava como é que estava a guerra. Então passava um e dizia ‘olha, tal dia, tal hora tem programa de rádio’ e a gente ia.”¹³⁰ Ainda em Itoupava, pôde-se encontrar nos escritos do senhor João Francisco Arnold que as pessoas se juntavam para ouvir o primeiro rádio que havia chegado naquela comunidade, tido até então como uma grande novidade:

[...] o primeiro aparelho de rádio, comprado pelo Sr. Walter Hahn: vinha gente de longe, a casa se enchia, todos curiosos para ver o “caixão que fala”, e escutar as

¹²⁷ PERAZZO, Priscila F. *O perigo alemão e a repressão*... p. 148.

¹²⁸ FERRO, Hercílio. Entrevista citada.

¹²⁹ Ver FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)*... p. 339 e seguintes...

¹³⁰ Idem, p. 345.

músicas que este aparelho soltava [...] E os discursos então, dos dois ditadores, Getúlio Vargas e Adolf Hitler: que sensação, e quanta gente ia lá no “seu” Walter, para escutar, embevecido e cheio de fervor patriótico.¹³¹

Motivo de curiosidade, o rádio a quem o possuísse, conseguia reunir em sua casa pessoas vindas de toda a vizinhança, ou seja, naquele período onde havia muito estrangeiro junto, o alerta estava lançado. Havia desde 1938 proibições em torno dos ajuntamentos de pessoas em locais públicos ou mesmo privados¹³², a transmissão de programas de rádio em língua alemã também era proibida, o que também não quer dizer que os estrangeiros não burlassem as leis para poderem ouvir o rádio. Contudo, aos estrangeiros que possuíssem rádio, tornavam-se alvos eminentes de investigação, podendo a qualquer momento serem acusados de alguma irregularidade. Na dificuldade de controlar todas as atividades daqueles proprietários de rádio, a medida era simples: afastar para o interior os que possuíssem rádio, “afasta tantos metros dali (faixa litorânea) pra não ter comunicação!”¹³³ afirmou seu Hercílio Ferro. A preocupação pautava-se na possível comunicação desses estrangeiros com os navios pertencentes ao Eixo que viessem a navegar pelo nosso litoral na troca de informações.

Para que se possa perceber um pouco melhor a situação do Vale do Araranguá e região sul referente ao imigrante e seus descendentes no período da Segunda Guerra Mundial, evoca-se a análise de uma circular remetida em dezembro de 1942 pelo diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do Rio de Janeiro, Dr. Augusto César Lobo, aos delegados de 40 municípios catarinenses. Essa circular constituída por um questionário de 79 questões, abrangendo vários aspectos da vida dos imigrantes e seus descendentes: visava obter informações sobre as atividades sociais, econômicas, políticas e culturais dessas pessoas em solo catarinense. No entanto, foca-se exclusivamente aos questionários enviados para os delegados dos oito (8) municípios da região sul catarinense, principalmente o de Araranguá. Porém, para proporcionar uma análise mais minuciosa destacam-se algumas das principais questões contidas na circular.

As primeiras questões são referentes a nacionalidade dos descendentes e imigrantes estrangeiros: “Nos 10 últimos anos tem-se verificado a entrada, no município, de imigrantes estrangeiros?” Observa-se nas respostas que apenas em Araranguá e Tubarão contabilizam a entrada de estrangeiros: 19 alemães, 1 italiano 3 portugueses neste período

¹³¹ ARNOLD, João Francisco. *Manuscritos Pessoais*... p. 38.

¹³²FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)*... p. 345.

¹³³ FERRO, Hercílio. Entrevista citada.

(1933-1943).¹³⁴ Quanto a pergunta seguinte, “Há no município, colônias ou núcleos estrangeiros?” A resposta do delegado de Araranguá, Elói José Rosa: “Não, porém existe certas localidades que são mais procuradas, isto é, cada nacionalidade procura as localidades habitadas por elementos de sua origem, se bem que muitas por descendência”.¹³⁵ Os delegados de Urussanga, Joaquim C. Mendes, e Solon de Miranda, de Tubarão, destacam a quantidade de estrangeiros em colônias do município: no distrito de Treviso (Urussanga) são 96 italianos, Nova Belluno com 78 italianos, Cocal, 32 italianos e Morro da Fumaça, 34 italianos. Em Tubarão, nas colônias de 13 de Maio e Braço do Norte, somam-se 49 italianos. Os demais delegados responderam “não” na resposta.

Pode-se constatar até aí, que as respostas referidas no questionário destacam uma quantidade considerável de estrangeiros, principalmente alemães e italianos que residiam nos municípios acima mencionados.

As questões que seguem quanto à educação:

Possuem os estrangeiros escolas particulares para a educação de seus filhos? Quantas? Pôr nacionalidade. Indicar, por nacionalidade, quantos filhos de estrangeiros freqüentam escolas públicas ou grupos escolares? Há famílias cujo os filhos não freqüentam escolas? De que nacionalidade?¹³⁶

Em relação às atividades econômicas desempenhadas pelos estrangeiros, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores visava obter as seguintes informações: “Há no município propriedades agrícolas pertencentes a estrangeiros?” Exige detalhes a respeito dessas propriedades: Qual o nome do proprietário e sua nacionalidade, época que foi adquirida, sua distância da sede do município, sua extensão e valor da aquisição, espécie de gêneros que produz, quantidade e valor aproximado da produção anual e o número de empregados estrangeiros a seu serviço.¹³⁷ Em todos os municípios do sul catarinense podem ser encontrados em anexo ao questionário de cada um, listas com os nomes dos proprietários e demais informações solicitadas pela questão.

Sobre a agricultura, a preocupação estava relacionada à posição geográfica dessas propriedades agrícolas pertencentes a estrangeiros, pois a preocupação pautava-se em ter conhecimento de onde estavam próximas essas propriedades: estradas de ferro, estradas de

¹³⁴ Circular remetida aos municípios catarinenses pelo diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, dezembro de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Dezembro de 1942, p. 3.

¹³⁵ Idem, p. 3.

¹³⁶ Circular remetida aos municípios catarinenses... , Dezembro de 1942, p. 4-5.

¹³⁷ Circular remetida aos municípios catarinenses... , Dezembro de 1942, p. 5.

rodagem, aeroportos, rios navegáveis, entre outras.¹³⁸ Observa-se uma preocupação do governo em mapear essas propriedades agrícolas pertencentes a estrangeiros localizadas próximas a locais considerados de segurança nacional, contudo, são pouquíssimas as propriedades listadas no relatório próximas a esses locais considerados de segurança nacional.

Sobre as questões políticas, o questionário propõe maiores reflexões, pois implica as seguintes questões: “Os estrangeiros que vivem no município manifestam, ou manifestaram antes do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão, simpatia pelas doutrinas políticas vigorantes nesses países, ou entusiasmo por seus feitos na guerra?”¹³⁹ Com exceção de Jaguaruna, os sete delegados dos municípios sul catarinense responderam “sim” na resposta, ou seja, apenas um dos oito delegados respondeu que não havia em seu município, simpatizantes às doutrinas políticas do eixo ou entusiasmo aos seus feitos na guerra.

Continuando a análise: “Quais as nacionalidades em que, mesmo depois da naturalização, se verifica o apego do indivíduo à nacionalidade de origem?” Cita-se a resposta feita pelo delegado de Araranguá: “Tanto o alemão como o italiano”.¹⁴⁰ Novamente enfatiza-se a resistência do indivíduo alemão e italiano, que segundo o delegado, ainda demonstram simpatia aos aspectos culturais e políticos de sua respectiva nação de origem.

As perguntas que seguem em torno da segurança nacional e policiamento dos suspeitos: “Há no município estrangeiros suspeitos de atividades contrárias ao regime político nacional, ou nocivos aos interesses e a segurança do país?” Cabe aqui mais uma vez, um destaque à resposta preenchida por Elói José Rosa, delegado de Araranguá: “Fritz Göhering, pastor da Igreja Protestante e Gustav Blumme, alemão – ex- capitão do exército alemão na guerra de 1914 – 1918”.¹⁴¹ Aproveitando este gancho, elucida-se outra questão encontrada na mesma circular, também referente ao pastor citado, Fritz Göehring: “Quais sociedades civis, recreativas culturais, beneficentes etc., fechadas em consequência do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão?” Resposta: “A Igreja Protestante Alemã de Barra do Jundiá, que tinha como Pastor o alemão Fritz Göhering (atualmente preso em Penitenciária de Florianópolis, Santa Catarina)”.¹⁴² Essas respostas encontradas na circular do município de Araranguá nos remetem a algumas inferências.

O Pastor Luterano Fritz Göhering era morador da comunidade de Itoupava em Araranguá. Teve sua igreja fechada e sua casa vasculhada. “Pegaram-lhe as fotografias

¹³⁸ Circular remetida aos municípios catarinenses... , Dezembro de 1942, p. 5-7.

¹³⁹ Circular remetida aos municípios catarinenses... , Dezembro de 1942, p. 8.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Circular remetida aos municípios catarinenses... , Dezembro de 1942, p. 8.

¹⁴² Circular remetida aos municípios catarinenses... , Dezembro de 1942, p. 4.

trazidas da Alemanha, fizeram um monte no pátio, puseram gasolina e queimaram em sua presença”, disse o senhor Oscar Peplau.¹⁴³

Os indícios nos levam a crer que o pastor luterano inicialmente foi confinado em Timbé do Sul, depois encaminhado à Penitenciária de Trindade, em Florianópolis, e seu nome aparece numa lista de nomes e atividades de alemães ligados ao Partido Nazista e internados na capital do Estado nos anos de 1940. De todos os nomes citados nesta lista, Fritz Göhering consta como sendo o único residente de um município do sul catarinense (Araranguá), acusado pelas atividades praticadas de filiação ao Partido Nazista; desenvolvimento de atividade política em comum acordo com o consulado alemão em Florianópolis, além de ter chegado ao Brasil em 1935.¹⁴⁴ Os indícios sugerem que o pastor Fritz Göhering era simpatizante do nazismo, ou mesmo nazista assumido, e mantinha contato com a Alemanha.

Cabe ressaltar que naquele período padres e delegados dividiam o poder local nas comunidades, exercendo forte influência naqueles lugares. Como assinala Marlene de Fáveri, os padres e os pastores eram próximos do cotidiano das pessoas, sendo respeitados como autoridades.¹⁴⁵ Portanto, os padres e pastores também representavam “perigo”. Como afirma seu Hercílio Ferro, “Lá da Itoupava vieram vários, tudo em volta da Itoupava, da beira do rio, tem aquela igreja lá [...]. Tinha uma porção de alemão e essa gente vieram tudo pra cá e alemão tinha uns 15 alemães, agora italiano tinha bastante”.¹⁴⁶

Na década de 1930, a colônia alemã no município de Araranguá era bastante expressiva e se espalhava pelas margens tanto do rio Itoupava quanto do rio Jundiá. No Vale do Araranguá, a imigração alemã é anterior a italiana, esta última por sua vez veio principalmente das zonas coloniais de Urussanga e Criciúma. Os italianos se espalharam no município de Araranguá por todo seu interior, principalmente em Santa Rosa do Sul, Sombrio, Praia Grande, Turvo e Meleiro.

Segundo o senhor João Francisco Arnold, em seus escritos memorialísticos,

Os alemães residentes aqui no Brasil, [...] se sentindo mal aceitos pelo povo nativo da região, vendo os prodigiosos progressos que o Führer conseguia, passaram a venerá-lo, e não foram poucos os que se inscreveram no “Partido” do seu herói, e como o número de inscrição no partido mandava muito, com os números mais

¹⁴³ DALL’ALBA, João Leonir. *Histórias do grande...* p. 64. Entrevista concedida pelo Sr. Oscar Peplau em 1987, Araranguá.

¹⁴⁴ Ver lista completa com os nomes em FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 505-508. FONTE: Ofício (cópia) de Antônio Lara Ribas, Delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, para Antonio Mourão Rattton, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina. Florianópolis, 30/12/43. Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional, IJ 1 “1382”, ANRJ. Observações: O motivo da prisão, alegado no ofício, foi em nome da “segurança nacional”.

¹⁴⁵ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 157.

¹⁴⁶ FERRO, Hercílio. Entrevista citada.

baixos levando privilégios, a pressa de se inscrever aumentava, e em pouco tempo tínhamos aqui em Itoupava II um núcleo de valorosos defensores das idéias do seu fantasioso “Führer”. E estes coitados seguidores das idéias malucas do seu celerado chefe, as únicas coisas que conseguiam era aumentar a animosidade dos seus vizinhos nativos, e nós, as crianças, pagávamos a nossa parte.¹⁴⁷

Os indícios apresentados permitem fazer algumas considerações: na localidade de Itoupava, um pequeno núcleo simpático aos ideais nazistas supostamente se formou, deste modo é possível que praticamente todos os alemães presos e enviados para Timbé do Sul são provenientes da Itoupava, pois além de suspeitos em relação a sua doutrina política, eram seguidores de uma outra religião, a luterana, sendo o seu reverendo (Fritz Göhering) um simpatizante nazista. Segundo Aluízio Batista de Amorim¹⁴⁸, para algumas autoridades do estado, a igreja protestante funcionava como uma intermediária para divulgar a doutrina do Partido Nazista.

Outros indícios permitem fazer tais ressalvas, pois, o mesmo tipo de acusação pode ser encontrada no relato de Hilda Brillinger à Marlene de Fáveri¹⁴⁹, quando afirma que Gustav Blumme é nazista. O fato é que Gustav Blumme - na época assim como o pastor Fritz Göhering, ambos moradores da Itoupava - era um ex-oficial (aposentado) do exército alemão, líder comunitário e representante consular junto à colônia, chegado ao Brasil logo após o término da Primeira Guerra Mundial, como afirma João Francisco Arnold em seus escritos.¹⁵⁰

Outro aspecto sobre Gustav Blumme e os alemães de sua localidade,

Praticamente todos os imigrantes eram assinantes do jornal semanário em língua alemã, ou recebiam regularmente jornais e revistas diretamente da Alemanha. Tinham ainda a seu favor uma biblioteca com mais de mil volumes de livros para todos os gostos, e que ficava aos cuidados do seu representante consular aqui em Itoupava II, o Sr. Gustav Blume.¹⁵¹

Os indícios apontam que Gustav Blumme foi acusado de ser simpatizante da Alemanha nazista, mandado para Timbé do Sul, permaneceu até o final da guerra, além dele o senhor Fritz Kessler também ficou confinado lá.¹⁵² É interessante perceber que as duas pessoas mais importantes e influentes daquela comunidade (Fritz Göehring e Gustav Blumme) fossem acusadas de ser nazistas. Diante disso, não fica difícil sugerir que todos os membros da

¹⁴⁷ ARNOLD, João Francisco. *Manuscritos pessoais*. Araranguá, Março de 1986. p. 36-37.

¹⁴⁸ AMORIM, Aluízio Batista. *Nazismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2000. p. 81-82.

¹⁴⁹ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 251. Entrevista concedida por Hilda Brillinger em 1999, Turvo.

¹⁵⁰ ARNOLD, João Francisco. *Manuscritos pessoais*.... p. 27.

¹⁵¹ Idem, p. 27.

¹⁵² Idem, p. 52.

comunidade de Itoupava passavam a ser alvo de suspeitas. Conforme sugerem as memórias, os alemães confinados em Timbé do Sul durante a Segunda Guerra Mundial eram moradores da Itoupava.

Voltando à análise do questionário no que diz respeito à política, sobre o policiamento nos municípios, mais uma vez os escritos do delegado de Araranguá nos chamam atenção: “Os suspeitos (de atividades contrárias ao regime político nacional) estão sob vigilância policial?” Resposta: “Sim”. “Há possibilidade de perturbação da ordem local, por parte desses estrangeiros no momento?” “Não, porque o número é reduzido e estão sendo vigiados pela polícia como pelos civis”.¹⁵³

Sobre estas últimas questões levantadas, elucida-se aqui o empreendimento de civis comuns indicados pelas autoridades ao cargo de “Agentes Amadores”, cuja sua atividade restringia-se em investigar e delatar aquelas pessoas consideradas suspeitas, podendo incluir aquelas que viessem a falar o alemão, italiano ou o japonês.¹⁵⁴ Em Araranguá, temendo uma invasão alemã, formaram-se grupos de alertadores durante a guerra, segundo o depoimento de Rivarol Gerhardt, “Era proibido acender luzes a noite, porque do mar poderiam ver a claridade da cidade. Cada setor tinha três elementos que iam fazendo períodos de ronda. Além das luzes ficava-se observando o movimento de gente estranha que aparecia”.¹⁵⁵ Ainda sobre esses grupos de alertadores, encontrou-se outra narrativa:

Quando o Brasil declarou guerra à Alemanha foi organizada uma guarda aqui em Araranguá, da qual eu participei. Era um serviço voluntário. Lembro de diversos que prestaram este serviço: Santos Leandro, Serafim Cechinel... De duas em duas horas éramos rendidos e substituídos por outros. Guarnecíamos a cidade e arredores. Temia-se a entrada de alemães. Fez-se essa guarda na cidade toda, na Cidade Alta e também na praia. Andava caminhando. Vendo qualquer coisa suspeita a gente tinha que avisar. Não se usava armas.¹⁵⁶

A citação acima mostra a importante participação da população no combate aos “estrangeirismos”. Como se pode observar, a população aderindo a propaganda oficial do Estado, agia em sua defesa, não só fazendo a vigilância - pois havia o temor de uma invasão alemã - mas também pronta para delatar às autoridades designadas, qualquer fato estranho por parte dos estrangeiros.

¹⁵³ Circular remetida aos municípios catarinenses... , Dezembro de 1942, p. 8.

¹⁵⁴ MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração em...*, p. 158.

¹⁵⁵ DALL’ALBA, João Leonir. *Memórias do grande...* Entrevista concedida por Rivarol Gerhardt. 1986. Araranguá. p. 76.

¹⁵⁶ DALL’ALBA, João Leonir. *Memórias do grande...* Entrevista concedida por Domingos Campos Filho, em Araranguá, 1986. p. 101.

Ainda sobre o questionário, a questão de número trinta e quatro (34) “Se for retirado o elemento militar do município é possível que os estrangeiros tentem subverter a ordem?” Nos oito municípios do sul a resposta foi “não” e em Araranguá, detalhe: “Não, porém é recomendável permanecer os militares”.¹⁵⁷ Ora, a resposta sugere que havia um certo controle policial sobre aqueles suspeitos, no entanto não era recomendável retirar o efetivo policial, o que demonstra que a região sugere devidos “cuidados” por parte das autoridades para com os estrangeiros suspeitos residentes no município de Araranguá e região.

O questionário ainda visava ter conhecimento naqueles municípios, se havia antigos integralistas que se mantinham fiéis à doutrina de seu extinto partido. Mostrando que o questionário não estava voltado só para os estrangeiros, desejavam também obter informações sobre as atividades políticas dos brasileiros, se estes mantinham contato com os países do Eixo; se manifestavam contrários ao governo brasileiros, entre outros. Também procurava-se saber o nome dos juizes de direito, promotores de justiça, prefeitos, delegados, escrivães, tabeliães, coletores, etc. Ainda perguntas referentes ao efetivo policial, quantidade de policiais, sua organização, tipo de armamentos, respectivas carências em seu efetivo etc.

Também se haviam transmissores e receptores de rádio nos municípios. E, finalmente, se havia sob posse dos estrangeiros fábricas ou casas de comércio de armas, munições ou explosivos e se possuíam armamentos em suas casas.

Portanto, esse questionário mostrava a preocupação do governo Vargas em relação aos possíveis planos conspiratórios ou mesmo sobre a simpatia desses imigrantes e descendentes estrangeiros em relação aos regimes fascistas em solo catarinense.

Nas várias respostas obtidas nas questões da circular pode-se observar os cuidados que a região sul suscitava. Havia a necessidade de manter a vigilância e o policiamento e o controle sob as atividades dos estrangeiros. Acreditava-se que o questionário, uma vez na mão das autoridades competentes, associado a outros fatores já citados anteriormente, deve ter sido um dos motivos para o surgimento de um local de confinamento na região, uma vez que a mesma necessitava de medidas preventivas para com os estrangeiros que ali residiam. O confinamento destes suspeitos estrangeiros, imigrantes e seus descendentes em Timbé do Sul, foi uma medida preventiva, em que a manutenção da informação se fazia necessário naquele momento.

Denúncias, revanchismos, picuinhas pessoais, rivalidades, antigos desafetos, as relações pouco amistosas das diferentes religiões, a proibição da fala, ser proprietário de

¹⁵⁷ Circular remetida aos municípios catarinenses... , Dezembro de 1942, p. 8.

rádio, manifestar-se contrário ao regime político do governo, ou simplesmente ser estrangeiro, isso era motivo para ocasionar as detenções em diversos estabelecimentos, nos mais variados lugares do país que receberam durante a guerra, alemães, italianos e japoneses.

A circular remetida aos delegados catarinenses em dezembro de 1942 pelo Diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do Rio de Janeiro, Dr. Augusto César Lobo, foi reenviada a capital do país entre os meses de janeiro a junho de 1943.

Devido a sua localização de difícil acesso, as memórias apontam que policiamento em Timbé do Sul era pouco presente, como se encontra em Dall'Alba:

Foram diversos os alemães de Itoupava que foram submetidos ao confinamento [...]. Era um confinamento muito secreto. Não se tinha notícias. Não se comentava. Creio que não havia militares lá tomando conta. Só controlavam daqui mesmo.¹⁵⁸

Sobre isso, o senhor Iracy Scarabelot comenta, “não havia ninguém pelo o que eu sei guarnecendo os caras lá”.¹⁵⁹ Quando interrogado sobre o policiamento em Timbé do Sul, seu Hercílio Ferro responde: “Não tinha nada! Quando eles tiveram aqui não tinha policiamento. Vinham ali no Turvo, até no Turvo, depois voltavam...” porém obedientes a lei vigorante ele afirma, “A ordem era de ficar lá e não sair”.¹⁶⁰

Periodicamente deviam se apresentar ao Inspetor do Quarteirão – responsável pela obtenção da assinatura dos presos – ou delegacias próximas, mas em caso de ausência nas apresentações, eram detidos. Pode-se observar nos escritos de João Francisco Arnold que,

Em Timbé do Sul, que naqueles tempos se chamava Curtiçeira, perto do Distrito de Turvo, [...] Os alemães lá internados eram em número de 12. [...] ficaram por cerca de um mês, quando receberam ordem de cumprirem o resto do tempo em que durasse a guerra, em suas casas, devendo apresentarem-se todos os sábados na Delegacia de Polícia mais próxima, sendo que os que escolheram para se apresentarem em Turvo, tiveram mais sorte: O Delegado de lá, Luiz Cirimbelli, ele próprio descendente de imigrante italiano, dispensou a apresentação de todos, que fossem trabalhar, que já estavam apresentados, e meu pai nesta também levou azar, pois escolheu para si a Delegacia de Araranguá, e lá não teve colher de chá. Todos os sábados, as nove horas, precisou estar lá junto com os demais, e o único que ousou faltar duas vezes seguidas, o Sr. Fritz Kessler, foi mandado de volta para Timbé, só retornando depois da guerra passada.¹⁶¹

¹⁵⁸ DALL'ALBA, João Leonir. *Histórias do grande...* Entrevista concedida por Domingos Campos Filho, 1986, Araranguá. p. 101.

¹⁵⁹ SCARABELOT, Iracy. Entrevista citada.

¹⁶⁰ FERRO, Hercílio. Entrevista citada.

¹⁶¹ ARNOLD, João Francisco. *Manuscritos pessoais...* p. 51-52.

Embora muitos fossem presos imediatamente, dependendo das suas relações interpessoais podiam recorrer a amigos ou conhecidos que pudessem amenizar as conseqüências das suas detenções ou punições. Vale ressaltar que no período das detenções, Luiz Cirimbelli, de origem italiana e delegado de Turvo, é evidenciado no texto memorialístico do senhor João Arnold. Ele menciona de que pelo fato do delegado ser de origem italiana, acabava amenizando as medidas contra os italianos, o que também não quer dizer necessariamente que os estrangeiros dessas relações estivessem isentos de medidas repressivas.

Durante a guerra levaram muita gente nossa para os costões, ficando lá confinados, por serem italianos ou alemães. De Çangicas, fora confinado o italiano João Campo. O filho dele que veio do Rio de Janeiro e viu aquilo, voltou para o Rio onde mexeu com todas as autoridades. Essas mandaram telegrama urgente para o Tenente Rui. Esse mandou libertar a todos”.¹⁶²

Em relação ao tempo de detenção, os indícios apontam para poucos meses de confinamento, são apontados intervalos de um a cinco meses, sendo que alguns permaneceram confinados até o fim da guerra. Contudo, não se pode afirmar com maior precisão a quantidade de meses que permaneceram confinados em Timbé do Sul e muito menos o número de presos que estiveram lá. Em relação ao tratamento destinado aos presos, destaca-se duas versões: primeiro é enfatizado as boas relações entre moradores locais e os presos de origem italiana, “Eles vinham, jogavam canastra, o italiano cantava o italiano a noite inteira, jogavam molha e estavam bem a vontade aí...o pior é o alemão que ninguém entendia e só tinha aquele de lá...mais também bem a vontade”.¹⁶³

Em Dall’alba pode-se encontrar mais vestígios dessa versão, “Meu sogro, o José Mezzari também foi. Dizia ele que passou uns três meses jogando bochas”.¹⁶⁴ Ou ainda, “ficaram lá algum tempo, trabalhando, ajudando, tomando, contando história.”.¹⁶⁵

Contudo, uma outra versão pode ser encontrada na narrativa da senhora Maria de Lima em entrevista a Marlene de Fáveri¹⁶⁶, quando apresenta outra característica possível no tratamento aos confinados de Timbé do Sul. Quando seu marido foi preso, “colocaram de castigo, era obrigado a trabalhar, colher milho, arroz, cavar buraco”. Sobre isso, o senhor

¹⁶² DALL’ALBA, João Leonir. *Histórias do Grande...* p. 297-298. Entrevista concedida por Isidoro Peruchi e Eloi Zilli em 1986 em Maracajá.

¹⁶³ FERRO, Hercílio. Entrevista cedida.

¹⁶⁴ DALL’ALBA, João Leonir. *Histórias do grande...* p. 64. Entrevista concedida pelo Sr. Oscar Peplau em 1987 em Araranguá.

¹⁶⁵ DALL’ALBA, João Leonir. *Histórias do grande...* p. 310-311. Entrevista concedida por Leodário Tramontim, 1986, Meleiro.

¹⁶⁶ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)...* p. 249-250.

Iracy Scarabelot faz um breve comentário: “Aqui no Timbé, eles não ficaram presos, detidos, ficaram fora da região, eles ficaram lá trabalhando.”¹⁶⁷

Essas narrativas merecem algumas reflexões: levando-se em consideração que não havia policiamento acirrado em Timbé do Sul, fica evidente que mecanismos para burlar as leis eram criados, quando se fala que “jogavam baralho, bocha, cantavam”, pode ser que tenham sido formas e maneiras de driblar as proibições - uma vez constatado que os confinados se misturavam aos civis comuns, dificultando identificar quem era confinado e quem era morador. Ou ainda, pode ter sido um recurso utilizado pelos presos na época ao retornarem do confinamento para se isentarem de respectivas novas repressões, ou seja, usavam o discurso do “bom tratamento” para evitar maiores problemas com as autoridades.

Todavia, em nenhuma das narrativas ou fontes pesquisadas aparecem indícios que os italianos do sul do estado tivessem recebido maus tratos ou algum tipo de violência física, porém, aos alemães, mesmo não ficando muito claro nos relatos, não se descarta esta hipótese. Marlene de Fáveri aponta que entre os italianos “a tortura é lembrada mais como ameaça, diferentemente do que aconteceu com alemães”.

Fáveri em sua obra, mostra o nível no qual chegou a violência contra os alemães. Eduardo Will, de Agrolândia, relata que por ter falado a palavra “sim”, em alemão (“*ia*”) perante a dois policiais, por isso, os mesmos o forçaram a tomar óleo. Eduardo Will diz que tomou quase meio litro de óleo, como não resistiu ao castigo, logo em seguida foi mandado embora. Além disso, Eduardo teve a desagradável experiência de ver seu pai, Leopoldo, sendo surrado e forçado a beber óleo. Ficou tão machucado que quase morreu, diz Eduardo.¹⁶⁸

Segundo Fáveri¹⁶⁹, os detidos de Timbé do Sul vinham de Nova Veneza, Araranguá, Turvo, Siderópolis, Itaipava, Caravaggio, Tubarão, Meleiro, Praia Grande, Alfredo Wagner, Urussanga entre outros lugares, ou seja, lugares onde o contingente de italianos e/ou alemães era grande.

Contudo, a diferença no tratamento dos moradores locais de Timbé do Sul em relação aos presos como sugerem os depoimentos ou documentos, talvez se deve ao fato de que a maioria dos presos era de origem italiana. Havia a necessidade de separar os italianos

¹⁶⁷ SCARABELOT, Iracy. Entrevista citada.

¹⁶⁸ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra)*...p. 263. Eduardo Will, 78 anos. Depoimento concedido a Olga M. Grimm em março de 2000, Agrolândia.

¹⁶⁹ Idem, p. 250.

dos alemães em fazendas e/ou residências, pois além do fator língua, havia ainda as divergências religiosas, políticas, econômicas ou até mesmo étnicas.

Independentemente das atividades exercidas pelos internos em Timbé do Sul durante seu período de detenção, o motivo pelo qual foram detidos, os tempos de perseguição e confinamento, transformaram vidas de homens e mulheres, crianças e idosos imigrantes ou descendentes de alemães e italianos. A retirada forçada de suas residências, municípios, deixando a família, os negócios e bens materiais para trás, implicou no cerceamento de suas liberdades individuais, quando o confinamento em Timbé do Sul, representou mais uma das inúmeras práticas de repressão contra os imigrantes e descendentes italianos e alemães utilizados pelo governo de Getúlio Vargas, durante a Segunda Guerra Mundial.

5. CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento deste trabalho, tentou-se evidenciar alguns dos aspectos que cercaram e permearam o confinamento em Timbé do Sul durante o período da Segunda Guerra Mundial. A pouca documentação disponível, a escassez bibliográfica a respeito de tema, dão margem ao grande mistério que envolveram o confinamento de alemães e italianos naquela vila durante a guerra.

As memórias são recorrentes neste caso. Foram procurados senhores e senhoras que pudessem contribuir para esta pesquisa, onde durante a realização das entrevistas, pôde-se presenciar o medo e o receio que ainda envolvem aquelas pessoas ao tratar do tema.

Mesmo tão próximos daquelas histórias, é impressionante como este evento é desconhecido e passa despercebido entre os moradores daqueles municípios (Turvo e Timbé do Sul).

Contudo, o cruzamento de fontes escritas e memórias foram importantes para alcançar alguns objetivos. Com este estudo pôde-se constatar que o confinamento em Timbé do Sul ocorreu entre os anos de 1943-1945. A pequena vila recebeu vários italianos e alguns alemães da região do vale Araranguense e a falta de documentos que apontam para o número total de presos inexistem; neste caso, o que se pode encontrar nas memórias foram nomes e sobrenomes que arrolam.

As fontes sugerem que a região de Araranguá durante a guerra suscitava cuidados por parte das autoridades referente aos imigrantes e descendentes de italianos e alemães.

Acredita-se que a circular constituiu num forte indício que contribuiu na empreendida mais acirrada sobre aqueles indivíduos no vale araranguense, determinando o confinamento de “suspeitos” e “perigosos” para Timbé do Sul.

As denúncias de todo tipo: por falar a língua estrangeira, por pertencer a uma outra religião, disputas e revanchismos pessoais, ser proprietário de aparelho de rádio, manifestar-se contrário ao regime brasileiro ou mostrar-se simpático aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) ou simplesmente ser de origem alemã ou italiana, eram motivos de sobra que ocasionavam denúncias e respectivamente em detenções.

Timbé do Sul reservou nos tempos de guerra um capítulo peculiar em nossa história: uma história que permaneceu viva apenas nas memórias daqueles que a vivenciaram.

Contudo, as pesquisas sobre o confinamento de italianos e alemães e seus descendentes em Timbé do Sul não se esgotam por aqui, a possibilidade de novas abordagens

sobre o tema podem ser exploradas.

É realmente uma lástima inexistirem ou praticamente inexistirem registros fotográficos ou escritos daquela época, e, é na busca destas vozes silenciadas por décadas que se constituíram as páginas deste estudo.

O presente estudo buscou registrar e preservar essas histórias doloridas que causaram traumas, medos, angústias naquelas pessoas, e ouvir suas experiências é um exercício de cidadania, é ofício dos (as) historiadores (as).

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Aluizio Batista. **Nazismo em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2000. 96 p.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 488-512.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 9ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá (SC): Gráfica Orion Editora, 1997. 519 p.
- _____. **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Ed. Instituto São José: Florianópolis (SC). 1986.
- _____. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre, Escola Superior de teologia São Lourenço de Brindes, Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1983.
- FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre Ontem e Amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000. p. 25-120.
- _____. **A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionalização)**. P. 167–198. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis (SC): Livraria e Editora Obra Jurídica, 1999.
- FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Itajaí: Ed. UNIVALI; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005. 533 p.
- GABRIEL, Rosa Maria C. **O integralismo no Rio Jundiá**. Criciúma: UNESC, 1993. Monografia de Especialização)
- GERTZ, René. **O Fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas (SP): Papyrus, 1986. p. 53-74.

MACEDO, Janaína Santos de. **Campos de Concentração em Santa Catarina e conflitos envolvendo alemães e descendentes durante o Estado Novo**. Florianópolis: UFSC. 2007. (Dissertação de Mestrado em História).

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998. 258p.

MENDES, Simoni . **Nacionalismo e assimilação étnica alemã em Santa Catarina**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2009. P. 36 – 44.

OLIVO, Marineusa Doerner. **“Rio do Sul vai à guerra – Memórias de ex-combatentes e outras histórias...”**. Florianópolis: UDESC, 2000. (Trabalho de Conclusão de Curso).

PERAZZO, Priscila Ferreira. **Mais Histórias de uma (outra) guerra: Campos de Concentração no Brasil para “Súditos do Eixo” durante a Segunda Guerra Mundial**. Fronteiras – Revista catarinense de História, UFSC, Florianópolis(SC). Nº 13. P. 25-41, 2005.

_____. **Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)** São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp. 2009. 378p.

_____. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. 278p.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Traduzido por Dora Rocha Fleksman. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989. p. 3-15.

_____. **Memória e Identidade social**. Traduzido por Monique Augras. In: Estudos Históricos, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992. p. 200-212.

SABINO, Anselmo Teles. **As fileiras do integralismo em Araranguá (1934 – 1938)** Criciúma: UNESC, 2005 (Trabalho de Conclusão de Curso).

SAVI, Hilário. **Timbé do Sul: um pouco de sua história**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

SILVA, Walburga Arns. **Saga de uma família teuto-brasileira**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1998. 256 p.

THOMPSON, Paul. **A Voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZANELATTO, João Henrique. **Região, Etnicidade, e Política: o Integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930**. Porto Alegre: PUCRS, 2007. 364 p. (Tese de Doutorado).

ENTREVISTAS

FERRO, Hercílio. 81 anos. Entrevista concedida em 01 de Julho de 2010. Timbé do Sul (SC).

CIRIMBELLI, Luiz Ângelo. 70 anos. Entrevista concedida em 24 de Setembro de 2010. Turvo (SC).

SCARABELOT, Iracy. 73 anos. Entrevista concedida em 24 de Setembro de 2010. Turvo (SC).

FONTES DOCUMENTAIS

Circular remetida aos municípios catarinenses pelo diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, dezembro de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

ARNOLD, João Francisco. **Manuscritos Pessoais**. Araranguá, Março de 1986. 67p.

RIBAS, Antonio de Lara. **O punhal nazista no coração do Brasil**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1943.

INTERNET

<www.amesc.com.br> acessado em 07/09/2010.

<www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao> Acessado em 26/09/2010.

ANEXOS

I – As 79 questões contidas na Circular remetida aos delegados dos municípios catarinenses pelo diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, dezembro de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

1 – Nos 10 últimos anos, tem-se verificado a entrada, no município, de imigrantes estrangeiros?

a) Qual o seu total máximo, por nacionalidade?

Quantos alemães.....? Quantos italianos.....? Quantos japoneses.....?

Quantos espanhóis.....? Quantos judeus.....? Quantos sírios.....?

De outras nacionalidades, quantos?

b) A que atividades se tem dedicado?

Agricultura.....?

Industria.....?

Comércio.....?

2 – Há, no município, colônias ou núcleos estrangeiros?

3 – Qual número aproximado de estrangeiros residentes na sede do município?

Alemães.....;

Sírios.....;

Italianos.....;

Espanhóis.....;

Japoneses.....;

Judeus.....;

Outras nacionalidades?

4 – Quais as sociedades civis, recreativas, culturais, beneficentes, etc., fechadas em consequência do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão?

5 – Há sociedades civis de súditos desses países funcionando? Quais?

6 – Há sociedades estrangeiras de outras nacionalidades? Quais?

7 – Há sociedades cooperativas de estrangeiros?

8 – Possuem os estrangeiros escolas particulares para a educação de seus filhos? Quantas? (por nacionalidade)

9 – Indicar, por nacionalidades, quantos filhos de estrangeiros freqüentam as escolas publicas ou grupos escolares:

10 – Há famílias estrangeiras cujos filhos não freqüentam escolas? De que nacionalidades? Quais motivos?

Relativamente às propriedades agrícolas pertencentes a estrangeiros:

11 – Há, no município, propriedades agrícolas (chácaras, sítios ou fazendas) pertencentes a estrangeiros?

- a) Qual a denominação de cada uma, o nome e a nacionalidade do proprietário, época em que foi adquirida, sua distância para a sede do município, sua extensão e valor de aquisição, espécie de gêneros que produz, quantidade e valor aproximado da produção anual e o número de empregados estrangeiros a seu serviço:

12 – Há propriedades agrícolas arrendadas a estrangeiros?

Qual a denominação de cada uma, o nome e a nacionalidade do arrendatário, sua distância para a sede do município, sua extensão, data e valor anual do arrendamento, espécie de gêneros que produz, quantidade e valor aproximado da produção anual e o número de empregados estrangeiros a seu serviço:

13 – Quais as propriedades agrícolas, pertencentes ou arrendadas a estrangeiros, localizadas na mesma zona?

14 – Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros que estão próximas de leitos de estradas de ferro?

15 – Quais as que estão próximas de estradas de rodagem?

16 – Quais as que estão próximas de aeroportos ou de campos de aviação?

17 – Quais as que estão próximas de usinas de eletricidade?

18 – Quais as que estão próximas de rios navegáveis?

19 – Quais as que estão próximas de fábricas de armas, munições ou explosivos?

20 – Quais as que estão localizadas em elevações de terreno que dominem a sede do município ou as principais estradas que a esta vão ter?

21 – Há residências de estrangeiros (alemães, italianos ou japoneses) localizadas isoladamente em quaisquer dos pontos estratégicos mencionados nas perguntas anteriores? Quais os seus nomes e nacionalidades?

22 – Há, no município, estabelecimentos industriais?

23 – Há falta de operários para a indústria?

24 – Qual a porcentagem, por nacionalidade, de operários estrangeiros?

25 – Há falta de trabalhadores para o campo?

26 – Possuem os estrangeiros, em suas colônias ou em suas propriedades, armas, munições ou explosivos?

27 – Suas atividades ou profissões justificam a necessidade de armas, munições ou explosivos? Por que?

28 – Os estrangeiros que vivem no município manifestam ou manifestavam antes do rompimento das relações com a Alemanha, Itália e Japão simpatia pelas doutrinas políticas vigentes nesses países, ou entusiasmo por seus feitos de guerra?

29 – Há, no município, brasileiros naturalizados que não estejam efetivamente adaptados ao ambiente nacional?

30 – Quais nacionalidades em que, mesmo depois da naturalização se verifica apego do indivíduo a nacionalidade de origem?

31 – Há no município, estrangeiros suspeitos de atividades contrárias ao regime político nacional, ou nocivos aos interesses e a segurança do país? Quais?

32 – os suspeitos estão sob vigilância policial?

33 – Há possibilidade de perturbação da ordem local, por parte de estrangeiros no momento?

34 – Se for retirado o elemento militar do município é possível que os estrangeiros tentem subverter a ordem?

35 – Em caso afirmativo, quais as medidas preventivas aconselháveis, dadas a situação peculiar do município, a densidade e localização da população estrangeira, e outros fatores locais?

36 – Possuem as autoridades locais (policiais e administrativas) meios eficazes para uma ação preventiva permanente?

37 – De que recursos carecem?

38 – Havendo perturbação da ordem, tanto na hipótese do n° 29, como na de n° 30, poderão as autoridades do município debelá-la com seus próprios meios?

39 – De que recursos, em pessoal e material, carecerão em tal emergência?

40 – Há, no município, antigos integralistas que se mantêm fiéis à doutrina de seu extinto partido?

41 – Muitos? Quais?

42 – Há, no município, brasileiros manifestamente contrários ao atual regime político nacional?

43 – Muitos? Quais?

44 – Há, no município, brasileiros partidários na atual guerra, da Alemanha, da Itália e do Japão?

45 – Muitos? Quais?

46 – Há, no município, brasileiros que manifestem contrários ao rompimento de relações diplomáticas com aqueles países?

47 – Muitos?

48 – Qual a sua porcentagem aproximada?

49 – Há, no município, brasileiros que se afigurem capazes de auxiliar estrangeiros em atividades contrárias aos interesses ou a segurança nacional?

50 – Muitos? Quais?

51 – Há, no município, elementos suspeitos de professarem idéias comunistas?

52 – Muitos? Quais?

53 – Há, no município, fábricas, armas, munições e explosivos? (Indicar, relativamente as fábricas pertencentes a particulares: nomes, nacionalidades e residências dos proprietários, sócios principais e diretores da empresa; os tipos das armas, munições e explosivos e a média da produção anual):

54 – Há, no município, casas comerciais negociando com armas, munições ou explosivos?

(Indicar relativamente a cada uma: nome da casa, a firma dos proprietários ou o nome da empresa, o nome e a nacionalidade do comerciante, dos sócios ou dos diretores, há quanto tempo negociam com tais artigos e o estoque atual de cada casa):

55 – Quais os nomes, nacionalidades, profissões e residências das pessoas que adquiriram maior quantidade de armas, munições e explosivos de janeiro de 1941 a julho de 1942?

56 – As vendas de armas, munições e explosivos, em qualquer quantidade, dependem de prévia licença da autoridade?

57 – A verificação dos estoques é feita mensalmente?

58 – Qual a orientação da polícia local quanto ao porte de armas:

Há liberdade?.....;

Tolerância na cidade?.....;

Na zona rural?.....;

Concessão de licença especial?.....;

Rigor na repressão?.....;

59 – Qual o número de prisões efetuadas, de 1935 a 1941, por porte ou uso de armas?

60 – Qual o total de armas proibidas apreendidas no mesmo período, com ou sem processo?

61 – Quais os nomes e a nacionalidade dos estrangeiros autuados por porte de armas durante o ano de 1941?

62 – Durante o ano de 1941 foram apreendidas armas nas residências de estrangeiros?

63 – Quais os nomes e a nacionalidade desses estrangeiros?

64 – E o município sede: de unidade ou destacamento do Exército Nacional? Qual? De polícia ou força militar estadual? Qual o efetivo da guarnição? De guarda ou policia municipal? Qual a sua organização, efetivo e armamentos?

65 – De que elementos dispõe a Polícia Civil no município? (Indicar os nomes das autoridades e dos agentes)

66 – Há linhas de tiro de guerra? Denominação e frequências:

67 – Há centros de preparação de oficiais da reserva?

68 – Há sociedades civis de tiro: ao alvo? Aos pombos? Outras?

69 – Há estações transmissoras e receptoras de rádio-amadores? Quais os nomes, nacionalidades e residências dos proprietários de cada uma?

70 – Há, no município organização de corpo de bombeiros? De que recursos dispõe? Qual o seu efetivo?

71 – Possui serviço de pronto socorro? De quantas ambulâncias dispõe? Quantos leitos tem o respectivo hospital?

72 – Quantos e quais os hospitais existentes no município? (Indicar, relativamente a cada um, o número de leitos).

73 – Quantos médicos há no município?

74 – Quantas farmácias?

75 – Quantos enfermeiros?

76 – Há, no município, empresas de transportes e cargas pertencentes a firmas estrangeiras? Quais?

(Indicar, relativamente a cada empresa, o nome, a firma, nomes e nacionalidades dos sócios, cidades a que servem e o número e tipo de seus veículos. Nos municípios onde houver muitas empresas deverá ser feita uma relação separada).

77 – Há particulares – estrangeiros – que possuam automóveis, caminhões ou embarcações? Quais?

(Indicar, relativamente a cada estrangeiro, o número e o tipo dos veículos, a natureza das embarcações e fins de sua utilização).

78 – Quais os nomes do prefeito, dos juízes de direito, dos promotores de justiça, dos coletores, escrivães, tabeliães, etc.?

Delegado de estrangeiros.....

Chefe do Serviço de Registro de Estrangeiros.....

79 – Quais os distritos que formam o município e qual a população de cada um?